



## ENERGIA

PSDB explora apagão para atacar governo (Folha de SP) 18/11/09.....	3
SENADO APROVA CONVOCAÇÃO DE DILMA E LOBÃO (Folha de SP) 18/11/09 .....	3
Temporal deixa 140 mil casas sem luz em Belo Horizonte (Folha de SP) 18/11/09.....	3
EDITAL DE LEILÃO DE BELO MONTE DEVE SAIR AMANHÃ (Folha de SP) 18/11/09.....	3
O esvaziamento tecnológico do Estado (Folha de SP) 18/11/09.....	3
Apagão causado por temporal atinge sete cidades da região (Folha de SP) 18/11/09 .....	5
Royalties de áreas já licitadas do pré-sal dividem Estados (Folha de SP) 18/11/09 .....	5
Petrobras estuda terminal de gás no mar (Folha de SP) 18/11/09.....	5
Brasil "melhora", mas mantém-se intermediário (Folha de SP) 18/11/09 .....	6
ONS diz não poder precisar causa do apagão (Folha de SP) 18/11/09 .....	6
Fim do fator previdenciário passa em comissão da Câmara e desafia governo (O Estado de SP) 18/11/09 .....	7
Em duas hipóteses, ONS atribui apagão a problemas climáticos (O Estado de SP) 18/11/09 .....	8
Aneel fará audiência para analisar edital de Belo Monte mesmo sem aval do IBAMA (O Estado de SP) 18/11/09....	8
Petrobrás e BG vão fazer o 1º terminal flutuante de gás (O Estado de SP) 18/11/09 .....	9
Ibama: há 5 pendências para autorizar Belo Monte (Estadão Online 07:56h) 18/11/09 .....	10
Depois de briga interna, distribuição reage à Aneel (Valor Econômico) 18/11/09.....	10
Edital de Belo Monte pode sair antes da licença prévia (Valor Econômico) 18/11/09.....	11
Relatório preliminar do apagão mantém meteorologia adversa como causa (Valor Econômico) 18/11/09 .....	12
Fundo Pactual desiste do setor elétrico (Valor Econômico) 18/11/09 .....	13
Após Light, fundo venderá Cemar (Valor Econômico) 18/11/09.....	13
Petrobras estuda unidade flutuante para liquefação (Valor Econômico) 18/11/09.....	15
Oposição quer apressar audiência de Dilma (Valor Econômico) 18/11/09.....	15
Não há sistema imune a blecautes, afirma ONS (Valor Econômico) 18/11/09 .....	16
As lições do "apagão" (Valor Econômico) 18/11/09.....	17
Apagão (Valor Econômico - Cartas) 18/11/09 .....	18
Governos são a chave para sonhos elétricos de Ghosn (Valor Econômico) 18/11/09 .....	18
Neoapagão: processo genético constitutivo e conseqüências (Valor Econômico) 18/11/09.....	20
O papel do BC e da Fazenda na crise (Valor Econômico) 18/11/09.....	21
CPFL terá de respeitar limite de 6,4% nos reajustes (Correio Popular) 18/11/09 .....	23
ONS analisa 2 hipóteses climáticas (Correio Popular) 18/11/09.....	23
Senado terá audiência pública para debater blecaute (CanalEnergia) 17/11/09 .....	24
ONS conclui relatório sobre blecaute até a próxima segunda-feira, 23 (CanalEnergia) 17/11/09.....	25
Aneel analisa edital de Belo Monte na próxima quinta-feira, 19 (CanalEnergia) 17/11/09 .....	25
Cemig PN encerra em alta de 2,88% (CanalEnergia) 17/11/09 .....	26
Selo Procel consegue economia de 4,3 bilhões de kWh em 2008 (CanalEnergia) 17/11/09.....	26
Belo Monte: técnicos do Ibama ainda analisam documentos da LP (CanalEnergia) 17/11/09.....	27
Consumo de energia de São Paulo tem queda de 0,6% em outubro (CanalEnergia) 17/11/09 .....	27
Coelba tem lucro de R\$ 206 milhões no trimestre (CanalEnergia) 17/11/09.....	28
Leilão A-5: preço-teto fica em R\$ 144 por MWh (CanalEnergia) 17/11/09.....	28
Tucuruí opera com 29,07% da capacidade armazenada (CanalEnergia) 17/11/09.....	28
Empresas têm recursos negados e pagarão R\$ 3,038 milhões em multas (CanalEnergia) 17/11/09 .....	29
Custo variável de produção de Itaipu pode mudar cálculo de TEO e PLD mínimo (CanalEnergia) 17/11/09 .....	29

Celpe lucra R\$ 90,2 milhões no terceiro trimestre (CanalEnergia) 17/11/09 .....	29
MME e Aneel celebram contratos de concessão de linhas de transmissão (CanalEnergia) 17/11/09 .....	30
Cosern encerra terceiro trimestre com lucro de R\$ 41,3 milhões (CanalEnergia) 17/11/09 .....	30
Equatorial ON registra alta de 1,25% (CanalEnergia) 17/11/09 .....	30
AES Eletropaulo adere ao Refis com inclusão de R\$ 910 milhões (CanalEnergia) 17/11/09.....	31
Armando de Azevedo Henriques presidirá Duke Energy no Brasil (CanalEnergia) 17/11/09.....	31
RME anuncia reorganização societária no controle da Light (CanalEnergia) 17/11/09 .....	32
PCHs iniciam testes e operação comercial na região Norte (CanalEnergia) 17/11/09 .....	32
Associações apresentam sugestões ao Planejamento Estratégico do NOS (CanalEnergia) 17/11/09 .....	32

## **SINDICAL**

Desenvolvimento responsável (CUT Nacional) 17/11/09 .....	33
Basta de repressão, acidentes e exploração (CUT Nacional) 17/11/09.....	34
Políticas Públicas para as mulheres (CUT Nacional) 17/11/09.....	35
'O monopólio da comunicação é uma ameaça ao exercício pleno da democracia no Brasil' (CUT Nacional) 17/11/09 .....	36
Químicos (CUT Nacional) 17/11/09.....	37
Eletricitários de Minas Gerais (CUT Nacional) 17/11/09 .....	38
Campanha Salarial (CUT Nacional) 17/11/09.....	39
Sorocaba (CUT Nacional) 17/11/09.....	40
Sinergia CUT: eletricista morre vítima de acidente de trabalho (CUT Nacional) 17/11/09 .....	40
Emir Sader: Escolas latino-americanas, médicos do povo para o povo (CUT Nacional) 17/11/09.....	41
Em duas ações, 58 pessoas são libertadas de trabalho escravo (CUT Nacional) 17/11/09.....	42
Trabalhadores na Brazcrusher em Sorocaba (SP) conquistam 8,2% de aumento (CUT Nacional) 17/11/09.....	43
Número de empregos com carteira assinada passa de 1 milhão (CUT Nacional) 17/11/09.....	43
Presente de grego: governo Serra cria mais 9 pedágios no interior de SP (CUT SP) 17/11/09 .....	43

SUCCESSÃO 2

## **PSDB explora apagão para atacar governo (Folha de SP) 18/11/09**

DA REPORTAGEM LOCAL

O PSDB explorou ontem em suas inserções na TV o apagão da última semana para atacar o governo e a pré-candidata do PT, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil).

Levadas ao ar em rede nacional, elas mostraram manchetes de jornais para reforçar a ideia de caos causado pela falta de energia que atingiu 18 Estados no último dia 10.

"Dilma sumiu", afirma o locutor, "E o governo simplesmente quer encerrar o assunto". As peças terminam com a pergunta: "E você, até quando vai ficar no escuro?".

O líder do PT na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), disse que o PSDB prejudica seu futuro candidato ao comparar o blecaute da última semana com o racionamento de energia do governo tucano. "Parece que estão contra o [José] Serra [pré-candidato tucano à presidência]." (ANA FLOR)

EXPLICAÇÃO:

## **SENADO APROVA CONVOCAÇÃO DE DILMA E LOBÃO (Folha de SP) 18/11/09**

Com quatro senadores presentes, a Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem convocação obrigatória para que os ministros Dilma Rousseff (Casa Civil) e Edison Lobão (Minas e Energia) expliquem as causas do apagão da terça passada. A oposição aproveitou o baixo quorum para aprovar o requerimento. Eles têm até 30 dias para ir à comissão.

MINAS GERAIS

## **Temporal deixa 140 mil casas sem luz em Belo Horizonte (Folha de SP) 18/11/09**

DA AGÊNCIA FOLHA

O temporal que atingiu Belo Horizonte na noite de anteontem provocou a queda de um prédio desativado no bairro Carlos Prates e deixou cerca de 140 mil casas da região metropolitana sem energia elétrica -7,5% do total dos consumidores da localidade. Ninguém ficou ferido no desabamento.

Segundo a Companhia Energética de Minas Gerais, ainda na noite de anteontem a energia elétrica foi restabelecida em 112 mil casas. O temporal teve início às 19h e durou cerca de 30 minutos.

ENERGIA

## **EDITAL DE LEILÃO DE BELO MONTE DEVE SAIR AMANHÃ (Folha de SP) 18/11/09**

O edital da licitação da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), deverá ser aprovado amanhã pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). O leilão está marcado para 21 de dezembro. De acordo com o PAC, a obra está avaliada em R\$ 16 bilhões. Vencerá o leilão a empresa ou o consórcio que oferecer a menor tarifa para a energia que for gerada, respeitado o preço-teto que constará do edital. Belo Monte está projetada para produzir até 11.233 MW (megawatts).

TENDÊNCIAS/DEBATES

## **O esvaziamento tecnológico do Estado (Folha de SP) 18/11/09**

ÁLVARO RODRIGUES DOS SANTOS

-----  
Órgãos públicos que antes eram verdadeiras escolas de engenharia hoje são meras estruturas burocráticas sem consistência técnica  
-----

OS NOVOS e positivos patamares do crescimento nacional encontram o poder público planejador, contratante e fiscalizador abalado por fenômenos estruturais recentes que muito o fragilizaram tecnológica e gerencialmente para o cumprimento dessas essenciais atribuições.

O processo de privatização de empresas públicas nas áreas de energia, telecomunicações, transporte e infraestrutura em geral, sobretudo nos anos 1990, trouxe a dissolução de equipes técnicas de altíssima capacitação e experiência constituídas nessas empresas ao longo de décadas.

Esse processo levou também a uma temerária fragilização tecnológica de toda uma cadeia empresarial privada mobilizada por contratação das estatais e implicada na produção de estudos e projetos, na implantação dos empreendimentos e no fornecimento de insumos gerais, equipamentos e componentes.

Não se está aqui colocando o processo de privatizações em questão, mas focando uma decorrência que, provavelmente, não foi devidamente considerada.

Essas equipes técnicas, formadas no âmbito da implantação de empreendimentos de mais alta complexidade tecnológica nas décadas de 1950, 1960 e 1970, contando com o entusiasmado e estratégico apoio de instituições públicas de pesquisa tecnológica do país, foram responsáveis pelo desenvolvimento de uma engenharia nacional aplicada às características econômicas, sociais e fisiográficas próprias de nosso país, guindando-a ao nível da melhor engenharia do Primeiro Mundo.

De outra parte, as várias empresas privadas brasileiras de consultoria, projetos e serviços em engenharia que se formaram a partir das demandas das empresas públicas constituíram suas próprias equipes técnicas, respondendo indubitavelmente ao mesmo patamar de qualidade.

Do ponto de vista da capacitação tecnológica da administração pública contratante, cumpre lembrar que, nos órgãos da administração direta, o processo de enfraquecimento tecnológico -no caso, dentro de uma outra, mas também perversa lógica- começou ainda nos anos 1950.

De sua decorrência, órgãos públicos que, no passado, constituíram-se em verdadeiras escolas da engenharia nacional, hoje não são mais que meras estruturas burocráticas contratantes sem nenhuma consistência técnica.

Ao analisar o processo de esvaziamento tecnológico da administração pública direta e indireta, é fundamental considerar o especial e estratégico papel do poder público contratante e fiscalizador como indutor da qualidade das empresas contratadas e mobilizador da empresa nacional fornecedora de projetos, serviços e insumos.

Sem a devida competência sequer para as indispensáveis interlocuções tecnológicas entre contratante e contratados e para a posterior fiscalização técnica dos serviços, a administração pública perde progressiva e rapidamente competência em planejar, priorizar e decidir sobre a implantação de empreendimentos e serviços públicos essenciais ao seu desenvolvimento técnico e econômico.

Bom lembrar que cabe ao Estado contratante a missão de fixar, já nos termos licitatórios, as linhas e concepções tecnológicas básicas que mais interessarão ao país no que se refere ao aproveitamento máximo de suas vantagens comparativas e de sua estrutura empresarial.

Perde-se a autonomia dessa decisão quando se perde a competência técnica para defini-la.

Essas responsabilidades estratégicas e próprias do Estado não são, como ingênua e irresponsavelmente podem pensar alguns, transferíveis para o setor privado contratado.

A área privada é compreensivelmente administrada sob outra lógica, em que soam estranhas as funções públicas de verificação, exigência e defesa permanente dos interesses maiores da sociedade.

As consequências negativas desse fenômeno são graves e podem ser facilmente imaginadas nos âmbitos social e econômico -ou até no âmbito estratégico da segurança nacional (perda de "intelligentsia").

Que ao menos os recentes acidentes em obras de engenharia possam servir para que governo e empresa, assim como a engenharia nacional, por meio de suas entidades, discutam e reflitam sobre essas questões. Sem partidarismos, com a disposição que a defesa desse estratégico patrimônio tecnológico tão nobremente construído exige.

-----  
ÁLVARO RODRIGUES DOS SANTOS, geólogo, é consultor em geologia de engenharia, geotecnia e meio ambiente. Foi diretor de Planejamento e Gestão do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) e diretor da Divisão de Geologia. É autor, entre outras obras, de "Geologia de Engenharia: Conceitos, Método e Prática".

Patrocínio ao cinema (Folha de SP – Painel do Leitor) 18/11/09

"A curiosidade nos leva a ler, nas letras menores, quem são os patrocinadores do filme mais badalado de 2010: "Lula, o Filho do Brasil".

São eles Senai, Camargo Correa, GDF Suez (usina de Jirau), EBX (do neomega empresário Eike Batista), OAS, Odebrecht, JBS (19% pertencem ao BNDESPar), Neoenergia (Coelba, Celpe e Cosern), CPFL, Grandene, Hyundai, Souza Cruz e Rio Claro (do Grupo Odebrecht).

Empreiteiras, distribuidoras de energia elétrica e grandes "financiados" pelo BNDES, na maior parte. Precisa comentar?"

MARIA CRISTINA ROCHA AZEVEDO (Florianópolis, SC)

NO ESCURO

## **Apagão causado por temporal atinge sete cidades da região (Folha de SP) 18/11/09**

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA RIBEIRÃO

Ao menos sete cidades da região de Ribeirão Preto tiveram problemas com o fornecimento de energia elétrica anteontem à noite durante um temporal, segundo a CPFL Paulista.

Em Rincão, 100% dos consumidores ficaram sem energia por cerca de cinco horas. Outras cidades atingidas foram Guariba, Guaíra, Monte Alto, Itirapuã, Viradouro e Ribeirão -que ficou sem energia por cerca de uma hora e meia. A CPFL disse que bairros de outras cidades da região tiveram quedas de cerca de cinco minutos. Em Monte Alto, o vento levou uma telha de zinco, que atingiu a rede e causou um curto-circuito.

## **Royalties de áreas já licitadas do pré-sal dividem Estados (Folha de SP) 18/11/09**

Regiões não produtoras querem parcela maior; Rio e Espírito Santo são contra

Estados não produtores de petróleo querem ampliar de 7,5% para 44% a sua parcela nos royalties dos campos que já foram concedidos

FERNANDA ODILLA  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A bancada do Nordeste deu início à busca de apoio de todos os Estados não produtores de petróleo para aumentar a fatia a que terão direito dos royalties das áreas de pré-sal já licitadas -um quarto do total.

Cabeça do movimento, o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), diz que conta com o apoio de grande parte da base governista para redistribuir os repasses de campos como Tupi, Iara, Carioca e Parati, já concedidos e ainda não explorados.

Nesses contratos, a parcela destinada aos Estados não produtores é de 7,5%. A meta é equiparar com os 44% a que deverão ter direito nos futuros contratos -o novo modelo está em discussão.

"Nossa tese é majoritária entre todos os Estados excluídos", afirmou Campos, que apresentou ontem duas propostas de emenda. Ambas mantêm os repasses de royalties definidos pelo relator Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), relator do novo modelo de exploração. Mas uma estende os 44% dos não produtores às áreas já licitadas e a outra amplia a todas as áreas produtoras de petróleo do país, em terra e mar.

As duas propostas contrariam os interesses do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, que pressionaram o governo para elevar a própria participação na divisão dos royalties do pré-sal. Desde ontem a bancada fluminense tenta convencer Campos a desistir da ideia.

Até o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PMDB), foi à Câmara para fazer um apelo ao ex-colega de parlamento.

"Vim tentar fazer um carinho nele, que está bravo com o Rio. Vou ver se vou a Recife comer um bolo de rolo para adoçar a nossa vida", disse o prefeito, que não conseguiu se encontrar com o governador.

Campos disse que já está fechado com as maiores bancadas, entre elas a de Minas Gerais, e afirma que há um clima de indignação contra o relatório de Henrique Eduardo Alves.

Depois da pressão do Rio e do Espírito Santo, a parcela da União foi reduzida de 30% para 22% e a dos Estados produtores aumentou de 18% para 25%.

Na reunião da bancada nordestina não faltaram reclamações contra a decisão de Alves de garantir mais recursos aos Estados produtores do pré-sal. "Se ele é nordestino e faz um relatório desses, imagina se fosse um cabra do Rio", reclamou Chico Lopes (PC do B-CE).

Ontem, Alves não descartava alterar o próprio texto. "Acho que do jeito que está representa bem o pacto federativo, mas não sou o dono da verdade. Tanto posso convencer como ser convencido", disse.

O governo enfrentou ontem a oposição do DEM para começar a votar os projetos do pré-sal. O partido condiciona o debate ao encaminhamento de proposta do Executivo para reajuste dos aposentados.

A criação da Petro-Sal foi adiada para hoje, às 13h. As outras três propostas do pré-sal (a que cria o regime de partilha e redistribui royalties, a da capitalização da Petrobras e de criação do Fundo Social) ainda não têm data para ir a votação.

## **Petrobras estuda terminal de gás no mar (Folha de SP) 18/11/09**

PEDRO SOARES  
DA SUCURSAL DO RIO

A Petrobras constituiu, em parceria com a britânica BG, uma empresa para planejar a construção e a operação do primeiro terminal marítimo de liquefação de gás natural do mundo, a ser usado para escoar a produção dos campos do pré-sal a partir de 2013. Mas sua construção depende de estudos de viabilidade econômica.

O terminal planejado será abastecido com o gás de quatro campos do pré-sal (Tupi, Iara, Carioca e Iracema) e terá capacidade para processar 14 milhões de metros cúbicos -consumo atual do Estado de São Paulo.

A unidade deve ser instalada sobre um navio. Vai comprimir o gás e convertê-lo em estado líquido, o que permite seu escoamento por meio de embarcações tanto para o mercado doméstico como para outros países. Em terra, o gás volta ao estado gasoso em terminais de regaseificação -a Petrobras já tem dois e pretende construir mais dois até 2015.

A solução convencional é transferir o gás ao continente por gasodutos, mas a alternativa torna-se cara e arriscada em razão das grandes distâncias -de 300 km, em média- entre as reservas do pré-sal e a costa. Os maiores gasodutos marinhos hoje têm, no máximo, 150 km.

A BG tem experiência em liquefação de gás -exporta para 20 países o produto por meio de navios- e será sócia no empreendimento, com 49%.

## **Brasil "melhora", mas mantém-se intermediário (Folha de SP) 18/11/09**

DA REDAÇÃO

Situado no grupo intermediário no Índice de Percepção de Corrupção (IPC) da Transparência Internacional, o Brasil apresentou um aumento de 0,2 ponto (para 3,7) e subiu cinco posições, de 80º para 75º.

A melhora, no entanto, não é significativa, segundo o pesquisador sênior do Departamento de Américas da ONG e professor da Unicamp Bruno Speck.

"O Brasil se encontra na mesma faixa dos anos anteriores. Os temas a serem enfrentados [ainda] são a reforma do sistema de financiamento político, o fortalecimento das instituições de controle e o combate à morosidade da justiça", disse.

Mas, embora seja apenas o terceiro país latino-americano do ranking, o Brasil é o que obtém a melhor colocação entre os Brics, que tem ainda os emergentes Rússia, Índia e China.

Para Speck, o diagnóstico se aplica em geral também aos demais países da América Latina, cujas oscilações situam-se dentro da margem de erro do IPC.

Depois de Uruguai, Chile e Costa Rica, países cujas instituições são consideradas mais fortes pelos pesquisadores latino-americanos da ONG, vem o grupo do Brasil, que conta também com Colômbia e Peru, todos empatados na 75ª posição. O México fica logo atrás (89º).

No grupo dos piores sul-americanos encontram-se Argentina (106º), Bolívia (120º), Equador (146º) e Venezuela (162º), seis posições à frente do conflagrado Haiti. No IPC, é citado o "entorno cada vez mais restritivo" para jornalistas devido às reformas de mídia na região.

(AMARO GRASSI)

## **ONS diz não poder precisar causa do apagão (Folha de SP) 18/11/09**

Segundo o órgão, curto-circuito foi causado por "descarga atmosférica" ou redução da capacidade para suportar a tensão

De acordo com diretor-geral do ONS, evento foi atípico e não será possível dizer com exatidão causas do blecaute que afetou 18 Estados

SAMANTHA LIMA  
DA SUCURSAL DO RIO

O diretor-geral do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), Hermes Chipp, afirmou ontem que não será possível determinar com exatidão as causas do blecaute que atingiu 18 Estados. Ele disse que há duas hipóteses em avaliação, ambas relacionadas a "condições climáticas adversas".

O curto-circuito que determinou o blecaute foi causado por uma descarga elétrica com duas origens possíveis, diz Chipp. A primeira teria sido uma "descarga atmosférica". A segunda seria a redução da capacidade técnica dos equipamentos em suportar a tensão por estarem molhados.

"Determinar se houve descarga ou curto-circuito devido à sobretensão não é possível."

A descarga desligou inicialmente uma das três linhas de transmissão entre as subestações de Ivaiporã (PR) e Itaberá. Em seguida, uma linha paralela, no mesmo trecho, também foi apagada e, logo depois, uma linha em Mogi das Cruzes (SP).

As duas últimas linhas foram desligadas pela menor capacidade para suportar a sobrecarga do desligamento da primeira, devido à chuva, diz o ONS.

"Trata-se de um evento atípico e imprevisível. O fato de o primeiro curto-circuito ter sido muito próximo à subestação favoreceu a propagação para outras linhas, sem tempo de a primeira se restabelecer", disse. Outra possibilidade é a de falha na comunicação sobre o mau tempo entre o Simepar, instituto de meteorologia da Universidade do Paraná, e o ONS. Chipp diz que não houve essa comunicação, mas que não entende o fato como falha. Esse questionamento surgiu porque, nove horas antes do apagão, um aviso de condições climáticas adversas havia levado o ONS a mandar baixar a geração de Itaipu e proteger as linhas de transmissão em caso de curto-circuito causado por possível descarga elétrica -o que, de fato, ocorreu, às 13h31. Era de se esperar, portanto, que um alerta semelhante, emitido antes do apagão das 22h13, pudesse levar o ONS, da mesma forma, a tomar medidas para reduzir a tensão. Segundo Chipp, nenhum sistema elétrico do mundo está livre de uma condição adversa. O ONS avaliará se há medidas a serem tomadas e as sugerirá ao governo. "Construir um sistema de transmissão paralelo, porém, é algo antieconômico", afirma Chipp

## **Fim do fator previdenciário passa em comissão da Câmara e desafia governo (O Estado de SP) 18/11/09**

Relatório do deputado Arnaldo Faria de Sá é aprovado e embate com aposentados segue agora para o plenário

Edna Simão, BRASÍLIA

Pressionada por cerca de 200 aposentados, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou ontem, por unanimidade, o relatório do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) favorável ao fim do fator previdenciário como está previsto no projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS). O embate agora segue para o plenário da Câmara.

Os líderes do governo dizem que o assunto só deve entrar na pauta depois da votação dos projetos do pré-sal. E avisam que o fator só pode acabar se houver um mecanismo alternativo que produza efeito parecido: evitar aposentadorias precoces. Mas a briga não deve ser fácil para o governo.

Os aposentados já avisaram que não querem nenhuma proposta alternativa e ainda pretendem garantir que todas as aposentadorias sejam reajustadas pelo mesmo índice de correção do salário mínimo. Querem também a vinculação do valor do benefício ao número específico de salários mínimos a que correspondiam na data em que foram concedidos.

O governo, no entanto, vai insistir em projeto substitutivo do deputado Pepe Vargas (PT-RS) para não provocar um rombo ainda maior nas contas da Previdência. Esse projeto institui um novo critério de cálculo das aposentadorias: as pessoas só poderiam se aposentar com benefício integral quando a idade, somada ao tempo de contribuição, resultasse em 95 anos (homens), ou 85 (mulheres).

### **ACORDO**

O polêmico relatório de Faria de Sá só foi levado à votação graças a um acordo entre o parlamentar e governo. O relator retirou do texto artigos relacionados à inconstitucionalidade do projeto substitutivo de Pepe Vargas. Com a manobra, mesmo sabendo que os aposentados não querem negociação, o governo pode insistir na aprovação da proposta de Vargas, que é fruto de um acordo feito com algumas centrais sindicais no mês de agosto.

Além disso, o governo quer que os aposentados abram mão de projetos como o que vincula a concessão da aposentadoria a uma quantidade específica de salários mínimos e o concede a todos os aposentados o mesmo reajuste do salário mínimo. Em troca, o governo está disposto a conceder um aumento de 6% para as aposentadorias com valor acima do mínimo em 2010 e 2011 (o que, de acordo com projeção de inflação, resultaria num aumento real de 2,5% por ano).

Segundo Vargas, se o acordo firmado não for cumprido e os projetos que oneram as contas públicas forem aprovados, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai vetar os benefícios concedidos e quem vai sair perdendo é o aposentado. Isso porque existe a possibilidade de se editar uma medida provisória estabelecendo o reajuste. "Hoje, para quem ganha acima do mínimo tem reajuste pelo INPC", comentou Pepe Vargas.

Faria de Sá afirma que não aceitará nenhuma alternativa. "O governo estava tentando passar (empurrar o assunto) com a barriga", afirmou o relator. Apesar de ter retirado de seu relatório, Faria de Sá considera inconstitucional a criação do novo critério de cálculo que considera a idade e os anos de contribuição.

## **Em duas hipóteses, ONS atribui apagão a problemas climáticos (O Estado de SP) 18/11/09**

Conjunção de casualidades foi tão improvável que deixou todos de queixo caído, diz técnico

Kelly Lima, RIO

Uma semana após o apagão que atingiu 18 Estados, o Operador Nacional do Sistema elétrico (ONS) revelou ontem que os técnicos têm duas hipóteses para a causa, ambas decorrentes de problemas climáticos. A primeira é a já divulgada possibilidade de raios nas três linhas de transmissão entre Ivaiporã (PR) e Itaberá (SP). A segunda, considerada mais provável, é que três isoladores das linhas de transmissão tenham entrado em curto-circuito simultaneamente por causa de fortes chuvas e ventos.

"Uma corrente de eventos desse tipo pode ser comparada às casualidades que derrubam um avião. E ninguém deixa de voar por causa disso", disse ontem o diretor-geral do ONS, Hermes Chipp, ao comentar a primeira prévia do documento. O relatório definitivo só será divulgado na segunda-feira. "Ventos, chuvas e as consequências de descargas elétricas ocorrem de maneira aleatória. Seria evitar o impossível", afirmou.

Segundo o ONS, curtos-circuitos são comuns no sistema, mas nunca ocorreram de forma simultânea. Um dos técnicos comentou que foi uma conjunção de casualidades tão improvável que deixou a todos "de queixo caído".

Desde 2000, por exemplo, já ocorreram nove curtos triplos (em três linhas), mas com mais de dois ou três segundos entre eles, o que impediu a amplitude do problema. De acordo com o ONS, a queda simultânea das linhas foi facilitada porque o incidente ocorreu muito próximo da subestação onde elas convergem.

Chipp criticou a posição do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que havia negado a existência de intempéries climáticas no dia do apagão. "Acho que o Inpe deve cuidar das condições climáticas. Dos efeitos disso quem cuida somos nós. Não discuto as declarações do Inpe e espero que eles façam o mesmo." Procurada, a direção do Inpe disse que só se manifestará quando ficar concluído o relatório climático da região, previsto para até o fim desta semana.

Danos nos isoladores são raros, mas não impossíveis de ocorrer, diz o professor da Universidade São Paulo (USP) Sidney Martine, que presidiu a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista. Consultado pelo Estado sobre a versão apresentada pelo ONS, ele disse que as peças de cerâmica já poderiam estar danificadas antes do temporal, contribuindo para a ocorrência.

O especialista, porém, não acredita em problemas de manutenção. "Podem acontecer pequenas rachaduras, imperceptíveis a olho nu." Segundo ele, porém, ainda não houve tempo suficiente para investigar o que houve. "É necessário um processo de análise de todos os registros de dados das subestações para indicar o que realmente houve."

Chipp também lembrou que já é procedimento do ONS reduzir a carga de Itaipu quando o Sistema Meteorológico do Paraná indica intempéries climáticas ao longo da linha de transmissão, para evitar problemas como o que provocou o apagão.

Naquele mesmo dia, ele admitiu que tinha havido um aviso desse tipo, a carga foi reduzida, mas houve a sinalização de que o clima já teria melhorado, quando a carga foi restabelecida no início da noite. "Depois disso não tivemos mais aviso nenhum." O diretor do ONS também descartou qualquer possibilidade de ter ocorrido falha técnica ou humana.

Segundo fontes do governo, a ausência de informação tem colocado em xeque até mesmo a competência do operador. "Tá ficando chato essa falta de explicação. O pior de tudo é que, de fato, eles não sabem o que aconteceu. Só sabem que houve um curto-circuito", afirmou a fonte. COLABORARAM NICOLA PAMPLONA E RENÉE PEREIRA

## **Aneel fará audiência para analisar edital de Belo Monte mesmo sem aval do IBAMA (O Estado de SP) 18/11/09**

Leonardo Goy, BRASÍLIA

O governo partiu para o tudo ou nada na tentativa de cumprir o cronograma e realizar o leilão da Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA) no dia 21 de dezembro. Mesmo sem o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) ter

liberado, ainda, a licença ambiental prévia do projeto, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) marcou para amanhã, às 11 horas, reunião extraordinária para votar o edital da licitação da usina.

Aprovado o projeto, haverá tempo hábil, pelo menos em relação ao edital, para que o leilão seja feito na data programada. O edital tem de ser lançado no mínimo um mês antes do leilão. Se o lançamento do documento ficasse para a semana que vem, por exemplo, o leilão poderia ficar ameaçada, já que estaria próxima demais das festas de fim de ano.

A Aneel não costuma aprovar o edital de grandes usinas sem ter na mão licença ambiental. O fato de a agência ter marcado reunião para amanhã pode significar que a licença esteja para sair ou que o governo já tem certeza de que será concedida no curto prazo. Pelas regras do setor, uma usina só pode ir a leilão se já tiver licença ambiental prévia, mas o edital pode ser colocado na praça sem o documento do Ibama.

O presidente do Ibama, Roberto Messias, disse à Agência Estado que há, pelo menos, cinco pendências para a liberação da licença ambiental prévia. Entre as questões que têm de ser esclarecidas, segundo ele, está a eficácia das medidas socioeconômicas que serão tomadas pelo futuro empreendedor para abrandar os impactos na região. Também faltam, segundo Messias, esclarecimentos sobre a eficácia das medidas mitigatórias para o impacto da redução da vazão de água na chamada Volta Grande do Xingu

Ontem à noite, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que não há data para a liberação da licença, mas afirmou que sai nos próximos dias. COLABORARAM GERUSA MARQUES E LEONENCIO NOSSA

## **Petrobrás e BG vão fazer o 1º terminal flutuante de gás (O Estado de SP) 18/11/09**

Objetivo do projeto, inédito no mundo, é escoar o gás do pré-sal da Bacia de Santos, a 300 km do continente

Nicola Pamplona, RIO

A Petrobrás e a British Gas (BG) assinaram ontem acordo para desenvolvimento do primeiro terminal flutuante de gás natural liquefeito do mundo. O projeto, chamado de Gás Natural Liquefeito Embarcado (GNLE), tem como objetivo escoar o gás do pré-sal da Bacia de Santos. O cronograma inicial prevê que o terminal iniciará as operações em julho de 2015, com capacidade para liquefazer 14 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia.

O GNLE é encarado pela direção da estatal como a alternativa mais viável para o transporte do gás do pré-sal da Bacia de Santos, a cerca de 300 quilômetros do continente. A outra opção, por dutos, enfrenta resistências dos diretores de Gás e Energia, Graça Foster, e de Exploração e Produção, Guilherme Estrella, por causa da menor flexibilidade e dos entraves ambientais.

"A experiência que tivemos para construir o terminal de gás de Caraguatatuba não pode ser repetida", afirmou Estrella, após seminário na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ele se referiu às dificuldades para a obtenção de licenças para o terminal e, principalmente, do trecho de duto que ligará a plataforma de Mexilhão à unidade. "É uma região muito habitada, com natureza exuberante e protegida", disse Estrella.

O GNL é o gás resfriado a 160° negativos, até atingir a forma líquida, podendo ser acondicionado em tanques e transportado por longas distâncias em navios. No caso do pré-sal, o produto pode ser enviado ao mercado interno, quando houver demanda, ou ao exterior, quando os reservatórios das hidrelétricas estiverem cheios.

"Quando se constrói um duto ligando o ponto A ao ponto B, fica-se refém dos dois pontos", comentou Graça.

O acordo assinado ontem com a BG prevê contratação de três consórcios para elaborarem diferentes projetos de terminal flutuante, que serão avaliados pela estatal no fim do ano que vem.

### **ALTERNATIVAS**

Embora deixe claro sua preferência pela opção, Graça frisa que os projetos serão comparados com duas alternativas de dutos - uma até Caraguatatuba e outra até Macaé. A decisão pelo GNLE dependerá do custo em relação às outras opções.

O primeiro terminal será projetado para escoar o gás dos projetos Carioca, Guará, Parati Tupi, Iara e Iracema. A previsão, diz o gerente-executivo do pré-sal da Petrobrás, José Formigli, é instalar o equipamento em um local equidistante das plataformas, para que funcione como um hub recebedor do gás natural.

A região tem hoje potencial de reservas estimado em até 14 bilhões de barris de petróleo equivalente (somado ao gás). Petrobrás e BG informaram que vão esperar até o início de dezembro para saber se os outros sócios, a portuguesa Galp e a espanhola Repsol, se dispõem a entrar no empreendimento.

A ideia é que cada empresa tenha participação no projeto equivalente à sua fatia no gás que será produzido na região. Também não foi definido o modelo de comercialização do gás.

Para o presidente da BG Brasil, Nelson Silva, a distância favorece o Brasil como mercado prioritário, mas o objetivo principal é garantir a rentabilidade do projeto, seja qual for a nacionalidade dos consumidores.

O País tem hoje dois terminais para receber GNL, chamados de regaseificadores, no Rio e no Ceará, que já receberam cargas do combustível importado. Segundo Graça, a ideia é ter mais dois terminais até 2015, ainda sem localização definida.

## **Ibama: há 5 pendências para autorizar Belo Monte (Estadão Online 07:56h) 18/11/09**

LEONARDO GOY - Agencia Estado

BRASÍLIA - O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Roberto Messias, informou que há pelo menos cinco pendências principais para a liberação da licença ambiental prévia para o projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA). Entre elas estão as duas citadas pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que são a liberação de documento da Vigilância Sanitária sobre a malária e um documento do Instituto Chico Mendes que ateste que a usina não vai alagar grandes cavernas. Para Messias, ambos os documentos deverão ser encaminhados rapidamente e são, na verdade, questões burocráticas. "Nós sabemos que não há cavernas relevantes por lá que possam suspender a obra, só que precisamos do documento formal", disse ele.

Entre as outras questões que têm de ser esclarecidas, segundo ele, está a eficácia das medidas socioeconômicas que serão tomadas pelo futuro empreendedor para reduzir os impactos na região. Também falta, segundo Messias, esclarecimentos sobre a eficácia das medidas para aliviar o impacto da redução da vazão de água na chamada Volta Grande do Xingu. "A redução da vazão pode afetar a vida de algumas espécies. Queremos checar a eficácia das medidas mitigatórias", disse ele. Além disso, o quinto item é relativo a informações referentes à qualidade da água no canal artificial que será construído para escoar a água no projeto.

Perguntado sobre a decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de votar o edital do leilão mesmo sem ter a licença, Messias esclareceu que o Ibama não deu garantias à Agência de que a licença vai sair agora. "Não podemos dar garantias de nada. Mas a agência tem direito de dar início aos seus trâmites", disse. Messias evitou se comprometer com uma data para a liberação da licença.

Energia: Presidentes de grandes empresas preparam documento

## **Depois de briga interna, distribuição reage à Aneel (Valor Econômico) 18/11/09**

Josette Goulart, de São Paulo

Firmino Sampaio, da Equatorial Energia, que renunciou ao cargo na Abradee  
A briga em torno da falha na metodologia de cálculo das tarifas de energia elétrica e a ação desordenada dos presidentes das empresas de distribuição de energia enfraqueceram o setor e levaram a uma forte divisão na representação da atividade. Para tentar recompor a imagem, reconstruir a Associação das Distribuidoras de Energia (Abradee) e principalmente defender o interesse de seus acionistas, os presidentes dessas companhias tentam, agora

de forma organizada, derrubar a proposta da Aneel de alterar os contratos de concessão. Alegam que as empresas que presidem vão perder o equilíbrio e afetar todo o setor elétrico.

A agência propôs a medida para tentar corrigir uma falha na metodologia do cálculo das tarifas, que gerou um ganho estimado na casa dos bilhões nas receitas da maioria das 64 distribuidoras ao longo dos últimos cinco anos. O que as distribuidoras querem colocar na pauta da discussão e na conta a ser feita sobre a questão do equilíbrio dos contratos são os riscos que hoje assumem. Elas listam alguns, como a diferença na contabilização da inadimplência da parcela que não é reconhecida pela Aneel, as perdas de energia, o custo de pagar encargos do sistema antecipadamente, as penalidades por não estarem 100% contratadas e até mesmo causas trabalhistas, que não são reconhecidas como custos nas tarifas estabelecidas pela Aneel. "Querem voltar ao sistema de preço por custo e esquecem que o consumidor pagou US\$ 26 bilhões na década de 90 para acabar com esse sistema", diz o presidente de uma dessas empresas.

A tentativa de restabelecer a Abradee, contudo, não vai apagar as marcas da crise vivida pela entidade, que culminou com a renúncia do cargo de presidente do conselho feita por Firmino Sampaio - presidente do conselho da Equatorial e que foi presidente da Eletrobrás. Apesar da grande interlocução que Sampaio tem no governo, foi jogado para escanteio pelo que ficou conhecido como o grupo dos seis, formado por AES, CPFL, EDP, Elektro, Light e Neoenergia.

O primeiro sintoma de que algo não estava indo bem entre os associados da entidade pôde ser percebido quando a associação resolveu se calar, mesmo diante de um fogo cruzado de questionamentos em torno das tarifas. Afinal, a entidade representa privadas, estatais, grandes e pequenas distribuidoras, com diferentes interesses. Mas foi na sessão em que os presidentes de algumas distribuidoras estavam sendo ouvidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das tarifas - diante de uma forte pressão, com ameaça de prisão - que alguns presidentes declararam que a Aneel é que era responsável pelo cálculo das tarifas e que se houvesse algum erro, seria de sua responsabilidade corrigir.

Wilson Ferreira Júnior, da CPFL, deve ser o novo presidente do conselho

O presidente da Cemig, Djalma Bastos, chegou a declarar que concordava que a receita auferida com a chamada gordura da parcela A das tarifas fosse devolvida ao consumidor. Já o presidente da Neoenergia, Marcelo Côrrea, fez um depoimento considerado dúbio e no qual transpareceu que de fato as distribuidoras tinham a intenção de resolver a questão. "Os presidentes das distribuidoras surtaram e rasgaram dinheiro de seus acionistas durante essa CPI", diz uma fonte que acompanhou de perto o processo. "Cada um agiu por si. Um grupo foi para o Ministério, outro para Aneel. E nessa ação desorganizada cometeram o erro, no meio do caminho, de responsabilizar a agência."

No início da semana seguinte àquela dos depoimentos na CPI, a Aneel já tinha sua estratégia pronta. Com a declaração de alguns presidentes de que tudo dependia da Aneel, a agência então propôs alterar os contratos. Na véspera da convocação da reunião extraordinária da diretoria colegiada para discutir a proposta, parte do grupo dos 6 foi ao gabinete do ministro Edison Lobão. Foram deixando Sampaio de fora da jogada, que decidiu então renunciar o cargo que ocupava na Abradee .

Sem Sampaio na presidência do conselho, boa parte dos 17 presidentes de distribuidoras que formam a Abradee deverá indicar hoje o nome de Wilson Ferreira Júnior, que é o principal executivo da CPFL, para o posto aberto. Fontes contam que também é dada como certa a saída do atual presidente da Abradee, Luiz Carlos Guimarães, pois headhunters já sondam o mercado em busca de um novo executivo para o cargo. O próximo passo é levar a sede para Brasília.

Nesta ação coordenada, a estratégia é ainda a de que a Abradee volte a falar em nome do setor. Outro ponto fundamental é uniformizar o discurso e já se fala que a alteração dos contratos precisa ser aprovada por todas as distribuidoras. Assim impediria que empresas isoladamente renegociassem seus contratos. Outra ação que já é percebida é a de que os discursos feitos sob pressão na CPI mudaram. Nesta semana, o diretor da Cemig, Luiz Fernando Rolla, durante teleconferência de resultados deixou claro que a empresa só vai alterar seu contrato por determinação da Aneel, segundo um analista.

## **Edital de Belo Monte pode sair antes da licença prévia (Valor Econômico) 18/11/09**

Danilo Fariello e Paulo de Tarso Lyra, de Brasília

O governo avalia a hipótese de lançar o edital do leilão de Belo Monte, no Pará, antes da concessão da licença prévia. Tanto a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) quanto o Tribunal de Contas da União (TCU) podem levar adiante o

processo sem o aval do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). O presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, disse que o edital do leilão poderá sair antes se houver certeza de que a licença será publicada nos próximos dias. No TCU, a regra é esperar o Ibama, mas também há a possibilidade de se encerrar a análise do leilão, condicionando-se o parecer a uma análise posterior da licença.

Segundo Tolmasquim, também há a hipótese de o leilão ficar para 2010. É praxe publicar o edital até um mês antes do leilão. No caso de Belo Monte, usina de 11,3 mil MW e orçamento previsto de R\$ 16 bilhões, o leilão está marcado para 21 de dezembro. Portanto, para ser viável ainda este ano, o edital deveria ser publicado até sexta-feira.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou ontem que não existe um prazo definido para a concessão da licença. Ela só sairá quando todos os questionamentos forem devidamente respondidos, comentou. "Senão vão dizer que concedemos a licença porque fomos pressionados ou liberamos a obra sem responder aos questionamentos ambientais." Minc negou que esteja se sentindo pressionado pelo ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. "O ministro está no papel dele. Ele tem que tocar as obras, gerar energia e responder a algumas questões."

Estima-se que, dos R\$ 16 bilhões previstos para a construção da usina, R\$ 3,5 bilhões viriam de custos socioambientais. Como as licenças prévias costumam sair com condicionalidades específicas sobre a questão ambiental, trata-se de uma quantia relevante para a decisão de investimento dos consórcios concorrentes. Por isso, a licença prévia é fundamental para que o leilão ocorra, podendo até afugentar os participantes ou exigir deles valores maiores em suas ofertas, para equiparar esse risco.

"Não queremos perguntas sem respostas, problemas sem solução. Queremos que tudo esteja certo, mas não podemos dizer quando a licença será concedida", disse Minc.

## **Relatório preliminar do apagão mantém meteorologia adversa como causa (Valor Econômico) 18/11/09**

Chico Santos e Rafael Rosas, do Rio

Um relatório inconcluso feito durante o dia de ontem por cerca de 70 técnicos de empresas e órgãos envolvidos com o blecaute ocorrido no sistema elétrico brasileiro na semana passada não esclareceu definitivamente as causas do evento, mantendo duas hipóteses, ambas decorrentes de condições meteorológicas desfavoráveis: as três linhas que ligam a hidrelétrica de Itaipu, no Paraná, ao Sudeste do país, foram desligadas simultaneamente na subestação de Itaberá (SP) ou por "descargas atmosféricas" (raios) ou pela perda de capacidade de isolamento de uma das linhas provocada por acúmulo de água da chuva nos isoladores.

As informações foram dadas no começo da noite de ontem pelo diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Hermes Chipp. O ONS é o órgão encarregado de fazer funcionar o Sistema Interligado Nacional (SIN) de abastecimento elétrico e a reunião foi realizada na sua sede (centro do Rio). Chipp disse que o documento, denominado Relatório de Análise de Perturbação, estará concluído na sexta-feira ou, no máximo, na segunda-feira, para ser encaminhado ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) e, em seguida, à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), órgão fiscalizador do sistema.

Chipp disse que as conclusões a que se chegou até agora resultaram da análise dos registros feitos pelos equipamentos instalados nas principais subestações do SIN. Em linguagem bastante técnica, ele buscou explicar que o apagão, que atingiu 18 Estados e reduziu em mais de 52% a carga elétrica do país no dia 10 deste mês não tinha como ser evitado nas condições em que ocorreu, com intervalo de milésimos de segundo entre o desligamento de uma linha e outra.

Segundo os dados, um curto-circuito, provocado por raio ou por perda de capacidade de isolamento, desligou primeiro a fase B da linha nº 1 (cada linha tem três fases). Apenas 13,5 milésimos de segundo depois, houve outro curto na fase A da segunda linha e 3,2 milésimos de segundo depois, outro curto atingiu a terceira linha. O desligamento da primeira linha, naquelas condições, pode ter causado sobrecarga nas demais, gerando o desligamento em cadeia. Chipp disse que de 2000 a 2009 foram registradas nove ocorrências triplas e dez duplas de curtos-circuitos nas mesmas linhas sem provocar blecautes porque, naqueles casos, houve intervalos de três a cinco segundos entre cada curto.

O diretor do ONS, assessorado por técnicos, disse que, nas condições em que ocorreu, o blecaute não tinha como ser evitado. Segundo ele, o desligamento de uma das linhas, para reduzir a carga por medida de segurança, feito às 13h31 da tarde do mesmo dia foi apoiado nas informações meteorológicas recebidas permanentemente do Sistema Meteorológico do Paraná (Simepar) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), acrescentando que as

informações recebidas à noite não justificavam novos desligamentos, embora o tempo continuasse ruim. O blecaute começou às 22h13.

Segundo informações do setor obtidos pelo Valor, à tarde a chuva e o vento chegaram a caracterizar situação de ciclone na área de Foz do Iguaçu, o que não teria ocorrido à noite. Ante a insistência de jornalistas para saber se as informações meteorológicas recebidas pelo ONS poderiam ter subestimado a intensidade das chuvas, ventos e raios, Chipp, irritado, disse que a pergunta deveria ser feita aos órgãos meteorológico. Ele mostrou também irritação quando foi lembrado de que o Inpe soltou um aviso de que as condições de tempo em Itaberá não eram ruins na hora do blecaute. "Acho que o Inpe deve cuidar das condições climáticas. Do efeito disso quem cuida somos nós. As consequências para o setor elétrico são da responsabilidade do setor elétrico."

Chipp concordou que o fato das ocorrências terem acontecido perto da subestação de Itaberá, para onde as três linhas convergem, pode ter facilitado o blecaute, mas disse que seria antieconômico fazer uma outra linha (redundância) por outro caminho, como sugeriram especialistas. "É antieconômico construir um sistema para suportar esse tipo de contingência. Presido um grupo que congrega as 12 maiores operadoras de sistemas do mundo. Ninguém tem esse nível de redundância."

## **Fundo Pactual desiste do setor elétrico (Valor Econômico) 18/11/09**

Vanessa Adachi, de São Paulo

O Valor apurou que, após a venda da participação na Light, a intenção é vender distribuidora do Maranhão

O fundo Pactual Capital Partners vai desmanchar gradualmente sua holding de investimentos no setor elétrico, a Equatorial Energia, e desistir do projeto de se tornar um consolidador da área de distribuição. O Valor apurou que, após a venda da participação de 13% que detém na Light, que está em negociação, a intenção, no médio prazo, é vender a Cemar, distribuidora do Maranhão.

A decisão do fundo - que gere recursos de ex-sócios do Banco Pactual e de sócios do atual BTG Pactual - de abandonar o setor se deve à acirrada concorrência por ativos na área. Há pouca coisa à venda e vários investidores estratégicos importantes dispostos a fazer grandes desembolsos. Além disso, o projeto anterior de adquirir distribuidoras do Norte e Nordeste que seriam privatizadas pelos governos estaduais foi frustrado pela federalização dessas empresas.

Energia: PCP deve, aos poucos, desmanchar a holding Equatorial e abandonar consolidação

## **Após Light, fundo venderá Cemar (Valor Econômico) 18/11/09**

Vanessa Adachi, de São Paulo

O fundo Pactual Capital Partners vai, aos poucos, desmanchar a sua holding de investimentos no setor elétrico, a Equatorial Energia, e recuar do projeto de se tornar um consolidador da área de distribuição. O Valor apurou que, após a venda da participação que detém na Light, que está em negociação, a intenção, no médio prazo, é vender a Cemar, distribuidora do Maranhão. Não haveria nada em curso até o momento, entretanto.

A decisão de deixar o segmento foi tomada porque o fundo que gere dinheiro de ex-sócios do Banco Pactual e de sócios do atual BTG Pactual se deparou com uma acirrada concorrência por ativos na área. Há pouca coisa à venda e importantes investidores estratégicos desse setor dispostos a fazer aquisições. Além disso, havia um projeto anterior de adquirir algumas distribuidoras do Norte e Nordeste que seriam privatizadas pelos governos estaduais, mas elas foram federalizadas, o que afetou os planos do fundo.

As distribuidoras encampadas pela Eletrobrás são Ceal, de Alagoas, Cepisa, do Piauí, Ceron, de Rondônia, Ceam, do Amazonas, Eletroacre e Boa Vista Energia, do Estado de Roraima.



Desativar a estratégia adotada há apenas dois anos, no entanto, não significa perder dinheiro. Ao contrário, tudo indica que os investidores vão apurar lucro significativo na venda de seus negócios no setor elétrico. O fundo PCP fez a aposta de se tornar um consolidador do setor elétrico em novembro de 2007, quando comprou por R\$ 203,8 milhões a fatia da GP Investimentos na Equatorial e anunciou planos de transformá-la em uma holding de ativos do setor, a exemplo do que o fundo fizera com a PDG Realty na área imobiliária. O primeiro passo, na ocasião, foi justamente incorporar à Equatorial a fatia detida pelo PCP na Light. Quando a Equatorial abriu seu capital, seu único ativo era a Cemar.

Agora, primeiramente, a Equatorial se desfará da fatia que tem no bloco de controle da distribuidora fluminense Light, negociação já em andamento e fartamente noticiada. A Equatorial negocia a venda para a Cemig da fatia de 13% do capital da Light (um quarto das ações do bloco de controle). A estatal mineira já possui outros 13% e também está em conversas avançadas para comprar 13% que pertencem ao grupo Andrade Gutierrez. Além desses três acionistas, o quarto integrante do bloco controlador é a Luce, que deve se manter na empresa. O controle da Light foi adquirido pelo consórcio, por meio da holding Rio-Minas Energia (RME), em março de 2006, das mãos da Electricité de France (EDF), por US\$ 320 milhões.

As negociações caminham bem, mas nada está fechado ainda. Na segunda-feira à noite, a Light divulgou um comunicado de fato relevante informando sobre uma reestruturação societária em sua holding, a Rio Minas Energia, que, na prática, abre caminho para que as ações da distribuidora fluminense que integram o bloco de controle possam ser vendidas.

A RME detém 52% do capital da Light. Hoje, os quatro acionistas, AG, Cemig, Luce e Equatorial detém cada um 25% do capital da RME. Com a reestruturação, serão donos de ações da Light diretamente. Cada um terá ações representativas de 13% do capital da distribuidora.

AG e PCP negociam separadamente com a Cemig, embora esteja implícito nas conversas de ambos os lados que a distribuidora mineira tem intenção de adquirir os dois blocos de ações. Ou seja, há um prêmio de controle em jogo. A Cemig, no entanto, não é a única interessada nas ações. CPFL Energia e Neoenergia também gostariam de adquirir participação relevante na Light. Interessa à Cemig barrar esse avanço de suas concorrentes e fortalecer uma posição que já possui.

Com a venda da Light, a existência da Equatorial deixa de fazer sentido e, embora a PCP não confirme, a decisão de deixar o setor elétrico já foi tomada. A Cemar poderia interessar, por exemplo, à Neoenergia, que tem ativos de distribuição no Nordeste. Não parece haver pressa para negociar o único o ativo. A intenção da PCP é conseguir um bom dinheiro pela Cemar, que acaba de passar por revisão tarifária, o que lhe garante estabilidade de receitas pelos próximos quatro anos. A distribuidora maranhense foi comprada em 2003 pela GP Investimentos e, posteriormente, a PCP entrou no seu capital e acabou por comprar as ações do outro fundo. Hoje, controla 100%.

O valor da Equatorial em bolsa está em R\$ 1,9 bilhão. A Light vale R\$ 5 bilhões a preço de mercado. A grande questão é quanto o PCP obterá pelas ações da Light e qual o valor atribuído à Cemar dentro da Equatorial. Segundo um analista, neste ano Light e Cemar contribuíram cada uma com 50% da geração de caixa (lajida) da Equatorial. Mas, historicamente, a Light responde por uma fatia maior, de 60%.

O fundo PCP está sendo incorporado à gestora Vinci Partners, recém-aberta e comandada pelo ex-controlador do Pactual, Gilberto Sayão. Além da Equatorial, o fundo controla PDG, Los Grobo (agronegócio) e Inbrands (moda).

Gás Natural:

## **Petrobras estuda unidade flutuante para liquefação (Valor Econômico) 18/11/09**

Rafael Rosas, do Rio

A Petrobras e a BG fecharam acordo para contratação de três projetos de engenharia para construção de uma unidade flutuante de liquefação de gás natural. O objetivo é ter uma estimativa de custo para implantação da unidade, com capacidade para liquefazer até 14 milhões de metros cúbicos de gás por dia, no campo do pré-sal. De acordo com a diretora de gás e energia da Petrobras, Maria das Graças Foster, as companhias assinarão dia 15 de dezembro contrato com os três consórcios que desenvolverão os projetos e o de maior viabilidade econômica, caso tenha custo inferior à tradicional solução dos gasodutos, será aplicado no segundo projeto piloto do pré-sal da Bacia de Santos.

Maria das Graças destacou que a unidade poderá ser instalada nos prospectos de Carioca, Guará, Parati, Tupi, Iara ou Iracema, nos blocos BM-S-9, BM-S-10 ou BM-S-11. Pelo acordo fechado, a Petrobras terá 51% da joint venture, enquanto a BG ficará com os outros 49%. Repsol e Galp, que também são sócias das duas companhias em campos do pré-sal, terão até o dia 1ª de dezembro para optar por participar da sociedade, diluindo a participação da britânica. Os investimentos serão feitos na proporção da participação das empresas no bloco no qual a unidade for instalada.

Os projetos devem ser entregues até 2011 e as sócias na joint venture analisarão a viabilidade econômica comparada aos gasodutos. Caso a iniciativa seja aprovada, nova licitação entre os projetos será feita em abril de 2011 e o vencedor deverá entregar a unidade até julho de 2015, para conexão no projeto piloto de produção que será desenvolvido pela Petrobras.

Petrobras e BG não revelaram os consórcios que serão formados para apresentação dos projetos, mas Maria das Graças revelou que foram convidadas para participar as empresas SBM, Moddec, Technip, KBR e Saipem. "Elas montaram os consórcios, mas temos que esperar as propostas."

O presidente da BG Brasil, Nelson Silva, afirmou que o país deverá representar um terço da produção total da BG no mundo depois que os campos do pré-sal atingirem o pico de produção. A empresa tem participação em sete blocos, todos com a Petrobras como parceira. Atualmente a BG produz 648 mil barris de óleo equivalente no mundo, sendo que 70% do total é gás natural e os outros 30% em óleo. Até 2020, a empresa planeja investir US\$ 20 bilhões no país.

Os contratos de petróleo em Nova York e Londres fecharam em alta ontem, sustentados pelos ganhos nos contratos de derivados, o que compensou a pressão causada pela alta do dólar. Em Nova York, o contrato dezembro subiu 24 centavos de dólar, a US\$ 79,14. Em Londres, o contrato para janeiro do Brent fechou com alta de 21 centavos de dólar, a US\$ 78,97.

## **Oposição quer apressar audiência de Dilma (Valor Econômico) 18/11/09**

Cristiane Agostine, de Brasília

A oposição ao governo federal no Congresso aprovou ontem um novo requerimento pedindo a presença da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, no Congresso para prestar esclarecimentos sobre o apagão que atingiu 18 Estados na semana passada. PSDB e DEM pretendem antecipar a audiência com a ex-ministra de Minas e Energia e pré-candidata à sucessão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Senado já aprovou três convites à ministra Dilma e Lobão para audiências sobre o blecaute. A oposição, no entanto, demonstrou insatisfação com a possibilidade de o depoimento de Dilma ser realizado somente no próximo mês, depois de esclarecimentos de 18 técnicos e autoridades no setor elétrico, ainda sem data determinada.

Dois convites feitos por senadores à ministra aliados ao governo federal foram aprovados na Comissão de Infraestrutura, na segunda-feira, e na de Assuntos Econômicos, ontem. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), conseguiu aprovar um convite só para os ministros Dilma e Lobão ontem, na Comissão de Relações Exteriores, para "debater o apagão elétrico que ocorreu recentemente no país". O convite pode ser recusado pelos ministros e ainda não há data prevista para a audiência.

A Câmara também aprovou requerimentos pedindo a presença dos ministros de Minas e Energia e da Casa Civil.

O apagão que atingiu 18 Estados foi o tema das inserções partidárias na televisão do PSDB, exibidas ontem. "Até agora ninguém sabe o que aconteceu. Dilma se escondeu e o governo simplesmente quer encerrar o assunto. E você, até quando vai ficar no escuro?", questionou o partido nas propagandas veiculadas. O partido usou manchetes de jornais, com notícias do apagão, e ressaltou que milhares de pessoas foram atingidas, com reflexos na área de segurança e saúde, por exemplo.

## **Não há sistema imune a blecautes, afirma ONS (Valor Econômico) 18/11/09**

Agência Brasil

RIO - O diretor-presidente do Operador Nacional do Sistema (ONS), Hermes Chipp, assegurou ontem que não houve falhas, sejam operacionais ou de manutenção dos equipamentos no blecaute que atingiu 18 estados no último dia 10. Segundo ele, não há nenhum sistema imune a esse tipo de problema.

"Não há sistema no mundo imune a blecautes. O que nós queremos é cada vez mais pegar essa experiência, olhar a leitura do sistema por meio do disparo dos nossos oscilógrafos, que são as nossas caixas-pretas, para poder criar as propostas, as recomendações, para minimizar o efeito dominó e o tempo de recomposição", disse.

Chipp, disse ainda que a causa do blecaute não é o mais relevante. "O relevante é você minimizar o efeito. O fundamental para a sociedade é você, com causas similares a essa, minimizar o efeito". As medidas em estudo objetivam "mitigar o efeito dominó", uma vez que não é possível evitar a realização de eventos similares.

A princípio, o ONS está trabalhando com duas hipóteses para o curto-circuito com descarga elétrica que provocou o apagão: condições climáticas desfavoráveis e descarga elétrica. "Podem ter outras. Essas são as que a gente consegue ventilar", afirmou Chipp.

A primeira hipótese em análise são condições meteorológicas adversas, que englobam descargas atmosféricas, popularmente chamadas de raios, acompanhadas de chuvas e ventos intensos. O desligamento das linhas pode se dar com uma descarga atmosférica. "É uma hipótese."

A capacidade dos equipamentos de suportar as tensões elevadas foi reduzida e pode ter rompido o isolamento, gerando uma descarga elétrica, o que dá o curto-circuito.

"A outra hipótese, devido ao fenômeno curto-circuito da forma como foi, praticamente simultâneo, um monofásico evoluindo para trifásico, é que as elevações da voltagem nas fases são podem ter sido superiores à tensão de suportabilidade do isolador. Aí, você reduz a suportabilidade, que causa a descarga elétrica, atinge o condutor e provoca o curto", informou o diretor-presidente do ONS.

O desligamento triplo das linhas de transmissão de Itaipu pode ser caracterizado como uma eventualidade que não poderia ser evitada, comentou Chipp. O ONS foi informado das condições climáticas adversas pelo Instituto Tecnológico do Paraná (Simepar) às 13h30 do último dia 10. Não recebeu, contudo, a informação do Simepar de que as condições seguiam desfavoráveis às 22 horas, disse Chipp.

Presidente do grupo de 12 países maiores operadores do mundo, Hermes Chipp insistiu que não há nenhum país, mesmo os mais ricos, que desenvolva um sistema de planejamento redundante para suportar esse tipo de fenômeno. "É extremamente antieconômico e a sociedade não suporta". Segundo Chipp, o modelo de planejamento do setor elétrico no Brasil é bom. Os investimentos feitos em transmissão de 1999 para cá atingem cerca de R\$ 25 bilhões. "Não é esse o problema", disse.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) pretende entregar na segunda-feira (23) ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) um relatório consolidado sobre o blecaute de energia ocorrido no último dia 10, que afetou 18 estados brasileiros. O documento será em seguida discutido com especialistas de todo o país, responsáveis pela formação dos profissionais do setor.

O relatório engloba as causas do blecaute, o efeito dominó, esquema de controles automáticos e o tempo de recomposição, revelou Hermes Chipp. Ele estará disponível a todos que estiverem interessados, como o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União (TCU) que já solicitaram o documento, afirmou.

(Agência Brasil)

Ao dar explicações contraditórias, a cúpula do setor elétrico mostra falta de comando

## **As lições do "apagão" (Valor Econômico) 18/11/09**

José Goldemberg

A cúpula do setor elétrico mostra que o Governo não tem comando sobre a área de energia

O "apagão" de 10 de novembro além de ser um incidente sério do ponto de vista técnico que poderia ter tido consequências muito piores do que teve acabou por ser educativo para o governo e para os setores mais esclarecidos do país.

Em primeiro lugar, o simples fato de ele ter ocorrido abalou o ufanismo e a arrogância do governo que quer mostrar a todo custo sua superioridade em relação ao comando anterior. O espetáculo lamentável da cúpula do setor elétrico brasileiro, ministro de Minas e Energia, Furnas, Itaipu e Operador Nacional do Sistema (ONS) dando explicações contraditórias sobre as causas do "apagão" mostra claramente a falta de comando que o governo tem sobre a área de energia.

Em segundo lugar, a decisão do governo de atribuir o problema a causas naturais, descartando totalmente falhas do sistema de controle e humanas, não foi convincente. Todas essas explicações, aventadas pelo ministro e seus assessores, são inverossímeis. Inicialmente se disse que um vendaval havia derrubado torres, o que não ocorreu. Depois, que um raio teria provocado um curto circuito nos dois linhões de Itaipu, fato extremamente improvável mesmo porque o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) não detectou grandes anomalias atmosféricas naquele momento. Além disso, raios caem todos os dias sobre as linhas que são protegidas contra eles por para-raios. Se a explicação do ministro fosse correta, deveríamos ter apagões todas as semanas, o que não é o caso. A explicação do ministro em lugar de tranquilizar a população teve exatamente o efeito oposto. O último dos grandes apagões desse tipo ocorreu em 1999 e suas causas nunca foram identificadas. Em 2001 não tivemos realmente um "apagão", mas falta de energia elétrica porque a escassez de chuva nos anos anteriores deixou os reservatórios vazios.

Em terceiro lugar, a tentativa totalmente inaceitável do ministro Edison Lobão (e outros) de encerrar o assunto antes que as suas causas fossem esclarecidas - como se desejassem enterrar um morto antes que a "causa mortis" fosse esclarecida - lhe valeu uma reprimenda do presidente da República que deseja os fatos esclarecidos. O Ministério Público Federal havia feito a mesma exigência. Uma investigação está em andamento e provavelmente identificará o que de fato aconteceu. Isso é fundamental e poderá levar a providências para que não aconteça novamente. Enquanto isso não ocorrer pode-se apenas especular sobre o que poderia ter acontecido.

O mais provável, contudo, é que tenha havido problemas de gestão administrativa e eletrônica do sistema. Não é claro, por exemplo, porque Itaipu estava gerando a plena carga (12 mil megawatts) às 10 horas da noite enquanto outras usinas como as antigas usinas da Cesp estavam fora do sistema. O razoável é que a carga estivesse melhor distribuída e não concentrada em Itaipu. Nessas condições de sobrecarga, uma pequena perturbação poderia de fato ser produzida por raios e perturbar o sistema que tem, contudo, sistemas de proteção que não funcionaram a não ser para desligar as máquinas de Itaipu. Esse parece ser o ponto crítico do problema. Qualquer computador tem proteções contra sobrecargas e sistemas "no-break". Nos linhões de Itaipu eles não existiam ou não estavam em boas condições de funcionamento o que é inadmissível. Esses problemas têm solução técnica e providências enérgicas precisam ser tomadas a respeito.

A mais longo prazo, qual a solução para ter um sistema elétrico menos vulnerável? A receita é simples: descentralizar as fontes de geração de energia elétrica. O que isso significa é que daqui para frente é preciso construir usinas menores de

modo que não se coloque "todos os ovos numa cesta só" como ocorreu no "apagão" de 10 de novembro em que apenas Itaipu supria toda a eletricidade de São Paulo.

O que cabe é estimular a geração em muitos locais e integrá-los à rede nacional organizando-a de forma a garantir autonomia regional em caso de crise. Isso é o que a ONS deveria fazer.

Em caso de acidente ou incidente numa das fontes de geração ou em algumas linhas de transmissão, regiões inteiras do país seriam desligadas da rede nacional e seriam supridas por redes regionais. Isso deveria ter ocorrido em 10 de novembro, mas não aconteceu. De novo um problema de gestão.

Poder-se-ia perguntar se o que aconteceu é devido à privatização parcial do sistema elétrico e se não seria o caso de mudar de rumo adotando uma das duas soluções: privatizá-lo completamente para melhorar a eficiência da gestão que é usualmente baixa em empresas estatais ou estatizá-lo completamente porque a mistura de empresas estatais e empresas privadas não estaria dando certo.

A resposta é que o problema do "apagão" está nas linhas de transmissão, que são estatais. Elas são como estradas em que diferentes produtores lançam sua energia. Na Espanha, por exemplo, existem mais de 10 mil fontes de energia espalhadas pelo país incluindo as usinas eólicas e solares e lá o sistema funciona bem.

Não nos parece, pois que seja o modelo de propriedade do sistema (público ou privado) a causa do "apagão".

"Apagões" podem ser perigosos não apenas estragando a comida das nossas geladeiras ou eletrodomésticos; ao desligar a energia elétrica de hospitais, vidas são postas em risco. Além disso, cortar a energia necessária para mover as bombas de resfriamento dos reatores nucleares de Angra dos Reis forçando os seus operadores a desligá-los, é um jogo perigoso.

Mais humildade e, sobretudo, mais competência parecem fazer falta aos atuais dirigentes do nosso setor elétrico.

José Goldemberg é professor da Universidade de São Paulo (USP).

## **Apagão (Valor Econômico - Cartas) 18/11/09**

"O apagão da semana passada desnudou a incapacidade do ministro Edison Lobão, um analfabeto em termos de eletricidade. É notório que Lobão chegou ao Ministério das Minas e Energia única e exclusivamente porque foi indicado pelo dono do cargo, o onipresente senador José Sarney, que ganhou essa gleba por conta do loteamento da máquina pública, feito por Lula, para conseguir a adesão da banda podre do PMBD. Resta ao ministro apelar para o manjado 'tatibitate', comum aos que não sabem o que dizer."

Júlio Ferreira - julioferreira@superig.com.br

## **Governos são a chave para sonhos elétricos de Ghosn (Valor Econômico) 18/11/09**

Joseph B. White, The Wall Street Journal

Quando Carlos Ghosn assumiu a presidência executiva da Nissan Motor Corp., ele fez uma aposta ao erguer uma fábrica nos Estados Unidos para produzir picapes e utilitários esportivos grandes. Agora, dez anos depois, ele está guiando na direção contrária, aumentando a produção de pequenos carros elétricos.

Ghosn apareceu em Washington na segunda-feira, junto com o presidente do conselho da FedEx Corp., Fred Smith, e outros executivos reunidos na Coalizão da Eletrificação, para pedir que o governo americano adote políticas que ajudariam a colocar milhões de veículos total ou parcialmente elétricos nas ruas. Até 2040, 75% do uso de carros nos EUA deveria ser feito usando energia elétrica em vez de combustão de petróleo, afirmou o grupo.

Ghosn, diretor-presidente tanto da Nissan quanto de sua sócia francesa, a Renault SA, diz que as empresas vão lançar quatro veículos elétricos no mundo. "Nossa previsão é que as vendas de veículos elétricos serão 10% do mercado total

(...) até 2020", diz.

Mais uma vez, Ghosn está respondendo à demanda. A diferença é que quando ele investiu em grandes utilitários para o mercado americano, ele estava seguindo os consumidores - de fato, tirando o atraso em segmentos nos quais as montadoras de Detroit haviam sido pioneiras e nos quais prosperaram durante boa parte dos anos 90.

Desta vez, Ghosn está respondendo a um mercado criado e sustentado em grande parte por políticas governamentais.

Na Europa Ocidental, no Japão e nos EUA, líderes políticos preocupados com os efeitos das emissões de automóveis no clima mundial, e inquietos com a volatilidade do preço do petróleo, estão oferecendo bilhões aos consumidores e fabricantes para estimular a demanda por veículos elétricos. Eles estão oferecendo benefícios regulamentares às montadoras também. A Nissan e a Renault estão determinadas a aproveitar isso.

Nos EUA, o governo está oferecendo créditos fiscais de US\$ 7.500 para compradores de veículos elétricos e bilhões em empréstimos e dotações do programa de estímulo para dar início à produção de carros elétricos no país. A Nissan recebeu a aprovação para um empréstimo de US\$ 1,6 bilhão do Departamento de Energia americano para reformar parte de sua fábrica de Smyrna, no Tennessee, e adequá-la à montagem de elétricos.

A Nissan também receberá ajuda de um empréstimo de US\$ 100 milhões do Departamento de Energia à ECOTotality Inc., uma empresa do Arizona que planeja desenvolver os postos de recarregamento e o equipamento relacionado para dar apoio a uma frota de 4.700 elétricos Leaf da Nissan.

A política governamental é crucial para esses investimentos.

"Não vamos colocar carros elétricos em mercados onde não há incentivo para os consumidores" os comprarem, diz Ghosn. Por isso, um Nissan elétrico para a China terá de esperar, ainda que o mercado chinês possa ser o maior da montadora em 2011 ou 2012, afirma.

Os riscos associados com um mercado criado por política governamental são muitos. Isenções fiscais e empréstimos para veículos elétricos estão aqui hoje, mas podem desaparecer amanhã se cortar o déficit tornar-se uma prioridade maior do que subsidiar a indústria automobilística.

O presidente americano Barack Obama e alguns líderes de seu partido, o Democrata, no Congresso do país são a favor de fortes medidas para reduzir o consumo de combustíveis fósseis como parte de uma estratégia para cortar as emissões de dióxido de carbono e outros gases ligados às mudanças climáticas nos EUA. Limites às emissões de gases do efeito estufa no país poderiam aumentar a demanda por veículos elétricos no longo prazo.

Mas parece improvável que o Congresso aprove em breve um projeto de lei sobre o clima que aumentaria o custo da gasolina o suficiente para provocar uma corrida dos consumidores para alternativas mais econômicas em termos de uso de combustível, que normalmente são mais caras.

No âmbito global, uma reunião de cúpula sobre o clima da Organização das Nações Unidas em Copenhague, no mês que vem, não deve produzir nenhum novo acordo mandatório para que se limitem as emissões de gases do efeito estufa. "Você se desapontará se tiver quaisquer expectativas" para Copenhague, diz Ghosn. Mas as empresas vão precisar de clareza sobre quais serão as regras. "O que gostaríamos é que algo fosse estabelecido", diz.

A aceitação em massa de veículos elétricos também exigirá uma grande mudança na relação das pessoas com os carros - sentimentos que a indústria automobilística passou décadas inculcando por meio de propaganda e design de produto.

Nos EUA, os consumidores gostam de veículos versáteis, de pouca manutenção, que podem percorrer até 600 km entre os reabastecimentos. Mesmo com tecnologia de baterias muito aprimoradas, os elétricos oferecem de um quarto a metade dessa autonomia.

Um relatório divulgado na segunda-feira pela Coalização para Eletrificação mapeou o problema. As pessoas no típico lar americano fazem cerca de seis viagens em seu carro por dia, para o trabalho ou algum outro lugar. Essas corridas são em média de uns 15 km. Praticamente qualquer veículo convencional alimentado a gasolina que comece o dia com um tanque cheio pode facilmente dar conta disso sem precisar reabastecer. Mas os elétricos não têm a mesma margem para erro - especialmente porque há, pelas contas da coalizão, apenas 1.000 postos de recarregamento públicos.

Como o estudo da coalizão observa, "não se demonstrou de maneira confiável um modelo de negócios lucrativo para a infraestrutura pública de recarregamento". É por isso que a coalizão propõe créditos fiscais equivalentes a 75% do custo de instalação dos postos de recarregamento.

Ghosn diz que quer que a Nissan seja uma líder em tecnologia de veículos elétricos, inclusive baterias. Ele cortou muitos projetos enquanto liderava a recuperação da montadora, que esteve à beira da falência no fim dos anos 90, mas manteve um programa de baterias avançadas que ela havia promovido durante anos no cerne da empresa.

Ainda assim, Ghosn não está apostando a empresa apenas em carros elétricos. A Nissan e a Renault estão concentradas nas oportunidades de motorizar as enormes populações da China e da Índia. Ghosn esteve recentemente na Índia para avançar um acordo com a Bajaj Auto Ltd. para o desenvolvimento de um carro superbarato que possa competir com o Nano, de US\$ 2.500, oferecido pela indiana Tata Motors Ltd. O carro será econômico, afirmam Renault e Nissan, mas não elétrico.

Os veículos elétricos serão por ora adiões ao portfólio da Renault e da Nissan, diz Ghosn, não substitutos para os modelos básicos.

## **Neoapagão: processo genético constitutivo e conseqüências (Valor Econômico) 18/11/09**

Carlos Lessa

No último dia 10, a maior parte do Brasil ficou às escuras. Em algumas zonas, o apagão durou mais de quatro horas. O país viveu uma experiência próxima ao caos. Indústrias sofreram danos, residências perderam eletrodomésticos, pessoas ficaram presas em elevadores, pacientes tiveram terapias e apoios clínicos cancelados, os assaltantes ficaram em casa. Houve, a posteriori, um apagão de explicações.

São Pedro não mandou raios suficientes; a natureza não foi a culpada. Assim sendo, se impõe o óbvio ululante: falha de gestão ou de operação humana. Não houve previsão nem provisão nos sistemas de segurança da rede de transmissão; faltou gente treinada ou houve falha das equipes em operação no dia... A tendência da alta administração é sempre procurar um bode expiatório.

Quando houve o acidente do avião da Gol com o da Legacy, o bode escolhido foi o controlador de voo. O ministro da Defesa, embaixador Viegas, havia advertido o Ministério da Fazenda, a Casa Civil e a Casa Militar que havia uma falta trágica de controladores de voo e que os disponíveis estavam sobrecarregados. Mas, até o acidente, não houve nenhuma providência para completar os quadros e o concurso para novos controladores saiu atrasado meses em relação ao sepultamento das vítimas do acidente. Quem foram os culpados?

Tenho ante os meus olhos o excelente artigo de Gustavo Galvão e outros, publicado na Revista do BNDES de junho de 2008, sobre a situação lamentável do sistema de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que emergiu das presidências neoliberais dos anos 90 e do perverso esquitejamento e privatização, que não foram revertidos pela atual presidência. O artigo de Galvão tem o didático título de "Porque as tarifas foram para os céus?".

Lembro que o sambista popular dizia, no início dos anos 50: "Rio, cidade que me seduz; de dia falta água, de noite falta luz". Em três décadas, o Estado brasileiro criou um sistema hidrelétrico modelar. Durante os 90, os "Fernandos" presidentes aderiram ao Consenso de Washington e privatizaram esse sistema elétrico modelar. No novo milênio, as médias das tarifas residenciais subiram para R\$ 297,24 (9/09) a partir de R\$ 138,33 (12/99), enquanto as industriais, no mesmo período, evoluíram de R\$ 66,11 para R\$ 219,24. Nesse mesmo período, a inflação foi de 93,74%, porém o custo de transmissão subiu mais que o de geração e distribuição, cresceu 398,06%.

O Brasil esquitejou o modelar sistema público de eletricidade. O Paraná, que não privatizou a Copel, desfruta do melhor sistema elétrico do país. Hoje praticamos tarifas que são mais que o dobro, em dólar, da energia da Noruega e Canadá, nações que dispõem de abundantes recursos hídricos. O Brasil, com três macrossistemas hídricos, é mais bem dotado de recursos e tem a incomparável vantagem de ser um país tropical. Mantidas as atuais regras, não há como reduzir o preço da energia pois, nos próximos quatro anos, os leilões estarão concentrados em energia térmica. A hidrelétrica custa 1/3 da termelétrica com óleo diesel e 1/6 da queima de diesel. Estão em construção 66 termelétricas, que emitem 20 vezes mais CO2 por MWh com a queima de gás e derivados de petróleo e 40 vezes mais com a termelétrica obtida pelo carvão. Essa projeção mostra a fraca atuação da atual administração federal em relação ao

suprimento de energia elétrica. Confesso que não entendo os ambientalistas que, ferrenhos opositores a novas hidrelétricas, ficam calados em relação à crescente participação da termelétrica - altamente poluente - na matriz energética brasileira.

O processo genético constitutivo da péssima situação atual é produto da adoção, nos anos 90, das recomendações do Consenso de Washington, da miragem da "globalização", do discurso neoliberal e atividades negociais da privatização, da desmontagem das equipes públicas e do terrível "apagão" de um projeto nacional de desenvolvimento. A ressurgência da maldição de infraestrutura e dos estrangulamentos do dinamismo econômico nacional tem sua origem nas presidências que, após a Constituição de 88, se dedicaram a desconstruir o futuro brasileiro optando implicitamente pela mediocridade econômica.

O Brasil chegou a ter a 8ª economia industrial do mundo, mas retrocedeu para a 13ª. A Coreia do Sul, que estava lá atrás do Brasil, tem hoje renda per capita muito superior e melhor distribuída que a nossa. Alguns atribuem 30% da melhoria da renda coreana à sua infraestrutura, superior à brasileira. O modo de "combater a hiperinflação" foi praticar hiperelevados juros reais. Deixamos de ser uma "República de Empreiteiros" para nos converter em "Império dos Banqueiros e do Mercado de Capitais". Não tivemos ganhos na modalidade pública e, ao contrário, perdemos dinamismo. O patrimônio é hoje cotado em dólar e toda e qualquer fração de riqueza tem como peso o terceiro colocado no podium da remuneração financeira real. O empresário tem à vista a opção rentista e, se muito rico, pode comprar cotas em fundos internacionais instalados no Caribe e, talvez, um apartamento em Miami ou um estúdio em Paris. O filho do muito rico pode superar as fragilidades do sistema educacional brasileiro e formar um "capital social" com seus colegas, estudando no exterior com os filhos muito ricos da globalização. Resta, para a juventude brasileira, cada vez mais cheia de dúvidas quanto ao futuro do país, a opção de migrar para o mercado de trabalho do Primeiro Mundo se, como uma emanção da crise mundial, não vier a ser dificultado o acesso.

Uma seqüela do neoapagão - além das conseqüências sobre as famílias, empresas e a iluminação urbana derivadas da elevação brutal das tarifas de energia elétrica - é o desgaste na opinião pública mundial, que passa a admitir a possibilidade de um apagão na Copa do Mundo ou na Olimpíada. No mínimo, será abalado o fluxo turístico.

Sem ser especialista, arrisco algumas teses para o neoapagão elétrico: falta de pessoal, a exemplo do apagão aéreo? Falta de manutenção das estradas federais? Em 2002, a cada 7,3 minutos houve um acidente sem vítima, a cada 8,8 minutos uma pessoa ferida e a cada 1h40min uma morte.

Falta de investimento em infraestrutura de transporte - redução da quilometragem ferroviária, naufrágio da cabotagem e opção pela modalidade rodoviária, a mais onerosa - e de energia hidrelétrica? As usinas do Rio Madeira e Belo Monte, com suasclusas, já deveriam ter seus canteiros de obras instalados pelo menos em 2003, mas superávit primário, a postergação dos Rima e a oposição ambiental radical bloquearam os canteiros.

Há, contudo, uma explicação para a as mazelas do neoapagão e para as "crônicas de morte anunciada" de apagões disfarçados: a preferência irrestrita da política monetária por praticar juros primários hiperelevados e política cambial de valorização do real. Com reservas internacionais crescentes aplicadas em títulos do Tesouro americano, recebe 1% ao ano e emite títulos de dívida pública que remuneram 8,75% ao ano. Somente essa arbitragem explica os "apagões disfarçados" na educação, saúde e segurança e, em última instância, explica o pano de fundo do neoapagão.

Carlos Lessa é professor emérito de economia brasileira da UFRJ. Escreve mensalmente às quartas-feiras.

E-mail: carlos-lessa@oi.com.br

## **O papel do BC e da Fazenda na crise (Valor Econômico) 18/11/09**

Cristiano Romero

O Brasil vem sendo celebrado, nos últimos meses, como um país que soube enfrentar a crise financeira internacional. Segundo a revista inglesa "The Economist", foi um dos últimos a entrar na turbulência e um dos primeiros a sair. No exterior, mais do que aqui dentro, o ânimo com as perspectivas da economia brasileira foi renovado. Multinationais, especialmente dos setores de siderurgia e petróleo, estão anunciando investimentos bilionários no país.

A gigante inglesa British Gas (BG Group) manifestou o propósito de investir US\$ 20 bilhões no país, mesmo tendo restrições ao marco regulatório do pré-sal proposto pelo governo. O maior grupo siderúrgico do planeta - o indiano ArcelorMittal - elegeu o Brasil como a prioridade número 1 e seu dono, o empresário Lakshmi Mittal, se esmerou, durante

conversa com o presidente Lula em Londres, em elogios à forma "rápida" como o Brasil enfrentou a crise. Fazendo uma comparação, disse que os russos se saíram muito mal e que, do jeito que vai, o "r" de Rússia terá que ser banido do acrônimo Bric.

Mas, afinal, qual foi o segredo do Brasil no enfrentamento da crise, considerada a mais grave desde a Grande Depressão de 1929? Foi a partir dessa indagação que o Valor decidiu investigar os principais fatos da turbulência. A importância de uma apuração mais detalhada era óbvia. Lições para o futuro podem ser tiradas tanto de momentos de crise quanto de êxito.

Até então, o que se sabia do furacão que atingiu o Brasil é que algumas poucas empresas exportadoras sofreram prejuízos com operações de derivativo cambial, que bancos pequenos e médios amargaram dificuldades de caixa no auge da confusão, que o real perdeu valor face ao dólar de forma abrupta e que, finalmente, a economia sofreu um parada súbita no quarto trimestre de 2008. O país, dizia-se, escapou porque, pela primeira vez em sua história, tinha bons fundamentos - solvência interna e externa do Estado, inflação sob controle, reservas cambiais abundantes.

Ter fundamentos sólidos é, sem dúvida, um bom começo para enfrentar um tsunami como o da crise bancária originada nos países de economia avançada. O que se verifica agora é que, na verdade, não bastava ter bons fundamentos; era preciso ter também boa gerência. Países com as contas em ordem, como México e Chile, sofreram mais que o Brasil. Economias que tinham reserva internacional bem maior que a brasileira, como a russa, também apanharam mais.

A crise que se abateu sobre a economia brasileira a partir de 15 de setembro foi muito mais grave do que diziam, à época, os integrantes da equipe econômica. É natural que tenha sido assim, afinal, eles não podiam espalhar terror, piorando as expectativas num momento delicado. Passada a crise, chegou a hora de saber exatamente o que aconteceu.

Um ano depois do início da fase aguda da crise financeira internacional, o Valor apurou, no entanto, que entre os dias 15 de setembro e 5 de dezembro de 2008 o país viveu três fatos da maior gravidade: uma corrida bancária, um ataque especulativo contra o real e a exposição excessiva de companhias brasileiras a posições vendidas em dólar.

No primeiro caso, a corrida poderia ter provocado a quebra em série de bancos pequenos e médios, ensejando uma crise bancária de maiores proporções. No segundo, o país poderia ter assistido ao desmanche das reservas cambiais, ou seja, do seu seguro anticrise, tornando-se vulnerável a novos choques. No terceiro, grandes empresas exportadoras, estrelas reluzentes do período pré-crise de expansão da economia, poderiam ter fechado as portas, destruindo riqueza e empregos.

O fato é que, liderado pelo governo Lula, o Estado brasileiro, por meio do Banco Central (BC) e do Ministério da Fazenda, soube reagir a esses fatos, evitando que a crise internacional se transformasse numa crise brasileira. O BC atuou na linha de frente da turbulência porque é sua prerrogativa administrar as políticas monetária e cambial, áreas em que se concentrava o núcleo dos problemas enfrentados pelo país na primeira fase da crise (escassez de liquidez nos mercados de dólar e real).

Foi justamente o período mais conturbado da crise o foco da reportagem publicada pelo Valor na sexta-feira, com informações de fontes variadas e depoimentos de Mário Torós, ex-diretor de Política Monetária do BC, que falou exclusivamente sobre os três fatos mais graves da crise. Torós, como integrante privilegiado do gabinete de crise criado pelo presidente da instituição, Henrique Meirelles, deu sua visão pessoal - uma bela contribuição à compreensão da dimensão da crise que assolou o Brasil e do *modus faciendi* da autoridade monetária e do governo naqueles dias tensos e perigosos.

A estratégia do BC pode ser resumida, hoje, à seguinte linha de ação: no primeiro momento, sem que se soubesse ainda o tamanho da crise, o banco evitou queimar reservas, optando por fazer venda de dólar com recompra, e reduziu os compulsórios para dar liquidez ao mercado de reais; no momento seguinte, fez intervenções para estabilizar o dólar e adotou medidas para evitar a quebra de bancos pequenos e médios; o passo seguinte foi usar reservas cambiais para financiar os exportadores; por fim, criou um mecanismo de seguro que permitiu que os bancos menores andassem com as próprias pernas.

O Ministério da Fazenda, com decisões igualmente rápidas nas áreas fiscal e de crédito público, foi crucial para fazer a economia se recuperar de forma célere do baque sofrido entre setembro e dezembro de 2008. Na área fiscal, gerou um superávit primário maior naquele ano, destinando, inclusive, parte desse esforço (0,5% do PIB) para uma reserva (o Fundo Soberano do Brasil). Depois, já na segunda fase da crise, promoveu desonerações que ajudaram a manter de pé setores vitais da indústria.

Na área de crédito, ao autorizar empréstimo de recursos expressivos do Tesouro ao BNDES, a Fazenda contribuiu para assegurar que grandes projetos de infraestrutura continuassem sendo financiados, apesar da crise. Não foi um papel menor.

Cristiano Romero é repórter especial e escreve às quartas-feiras.

E-mail [cristiano.romero@valor.com.br](mailto:cristiano.romero@valor.com.br)

## **CPFL terá de respeitar limite de 6,4% nos reajustes (Correio Popular) 18/11/09**

Medida foi publicada ontem no Diário Oficial da Justiça Federal

Renan Magalhães  
DA AGÊNCIA ANHANGUERA  
[renan.santos@rac.com.br](mailto:renan.santos@rac.com.br)

O Tribunal Regional Federal da 3 Região rejeitou o recurso da CPFL Paulista e voltou a dar validade à decisão da 8 Vara Federal de Campinas. Com isso, a empresa volta a ter de respeitar o limite de 6,4% — relativo ao Índice Geral dos Preços-Mercado (IGP-M) — como teto para os reajustes de tarifas elétricas retroativos a 8 de abril deste ano. A medida, tomada pelo desembargador federal Nery Júnior, foi publicada ontem no Diário Oficial da Justiça Federal, mas a CPFL ainda pode recorrer.

A decisão da Justiça foi tomada a partir de ação movida pelo Departamento de Proteção ao Consumidor de Campinas (Procon-Campinas). O órgão contesta os reajustes das tarifas de energia elétrica que foram aumentadas em 24,8% para contas de alta tensão que abrangem o consumo industrial e em 20,19% para as contas dos consumidores classificados como baixa tensão, categoria que inclui o consumo residencial e de algumas pequenas indústrias.

O diretor do Procon-Campinas, Anderson Gianetti, afirma que, na prática, a decisão faz com que o índice de reajuste de 6,4% passe a ser adotado nas próximas faturas de energia elétrica, sob a pena de uma multa diária de R\$ 100 mil, por descumprimento da ordem judicial.

A expectativa do órgão é de que a CPFL Paulista acate à decisão judicial e devolva o dinheiro referente ao percentual recolhido acima do estabelecido como limite para o consumidor de maneira retroativa, ou seja, desde 8 de abril. “Isso pode ser feito tanto pelo abatimento em contas futuras como por meio da devolução do dinheiro. Mas ainda há espaço para que eles recorram à decisão.”

Gianetti ainda ressalta que o órgão está estudando a entrada de uma nova ação contra a CPFL para contestar o montante recolhido por encargos setoriais, por avaliar que o método de cálculo adotada pela companhia estaria recolhendo acima do que é pertinente. “Essa decisão de agora nos dá um amparo para darmos andamento a essa nova ação”, diz.

CPFL

A CPFL divulgou nota ontem afirmando que a ação “está em andamento e decisões intermediárias serão tratadas no devido processo legal”.

## **ONS analisa 2 hipóteses climáticas (Correio Popular) 18/11/09**

Diretor insiste em raio ou curto-circuito, mas diz que não será possível determinar causa exata

Do Rio

Duas hipóteses relacionadas ao clima foram as causas encontradas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) para explicar o apagão ocorrido na semana passada. Uma delas sugere descargas atmosféricas sobre as linhas de transmissão entre Ivaiporã (PR) e Itaberá (SP). A outra considera chuvas e ventos que poderiam ter atingido o isolamento dessas linhas de transmissão, o que provocou um curto-circuito simultâneo, reduzindo sua capacidade de suportar a tensão.

Segundo o ONS, esses curtos são comuns no sistema, mas nunca ocorreram simultaneamente. Desde 2000, por exemplo, já ocorreram nove curtos triplos (em três linhas), porém, com mais de dois ou três segundos entre eles, o que impediu a amplitude do problema. De acordo com o ONS, a queda simultânea das linhas foi facilitada porque o incidente ocorreu muito próximo da subestação onde elas convergem.

As duas hipóteses são análises preliminares que vão constar do Relatório de Análise de Perturbação (RAP) preparado por técnicos do ONS, e que deverá ser entregue à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Segundo o diretor-geral do ONS, Hermes Chipp, o relatório só estará devidamente concluído na próxima segunda-feira e só será divulgado após a próxima reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, ainda não agendada.

Mas ele adiantou que não será possível determinar com exatidão as causas do blecaute que atingiu 18 Estados. “Determinar se houve descarga ou curto-circuito devido à sobretensão não é possível”, disse Chipp, em entrevista coletiva concedida no início da noite de ontem. Ele criticou o posicionamento do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que havia negado a existência de intempéries climáticas no dia do apagão.

“Acho que o Inpe deve cuidar das condições climáticas. Os efeitos disso quem cuida somos nós. Acho que as consequências para o setor elétrico são de responsabilidade do setor elétrico. Não discuto as declarações do Inpe e espero que eles façam o mesmo”, disse.

O diretor do ONS também descartou qualquer possibilidade de ter ocorrido falha técnica ou humana que pudesse ter provocado o apagão. “Confiamos na manutenção e na substituição dos equipamentos que vinha sendo feita por Furnas. Mas quem tem que fiscalizar isso é a Aneel e não o ONS”, afirmou.

Ele destacou que o relatório que está sendo preparado visa principalmente buscar alternativas para evitar o problema futuramente.

“Mais do que as causas, buscamos formas de minimizar os efeitos”, disse, afirmando, porém, que não havia nada que pudesse ter sido feito para evitar o ocorrido. “Qualquer medida seria antieconômica”, destacou.

Chipp lembrou que o Brasil toma hoje medidas acima do padrão internacional, que suportariam até dois curtos simultâneos em linhas de transmissão, mas não em três. Segundo ele, está completamente descartada a possibilidade de adoção de geração térmica com mais frequência para reduzir a carga gerada em Itaipu e evitar um blecaute de tal porte. (Das agências Estado e Folhapress)

Dilma e Lobão são chamados em audiências

Cinco comissões temáticas do Congresso aprovaram requerimentos para o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, dar explicações sobre o apagão elétrico, ao lado da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Nenhuma das audiências, no entanto, está marcada. Na condição de convidados, caberá aos ministros decidirem se vão ou não às reuniões. A oposição conseguiu manobrar, no final da tarde, e aprovou requerimento na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, para que Dilma e Lobão expliquem as causas do apagão. De manhã, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado também aprovou requerimento dos petistas Delcídio Amaral (MS) e Eduardo Suplicy (SP) para que Dilma, Lobão e outros 18 técnicos e autoridades do setor participem de audiências públicas para debater o sistema elétrico do País. (AE)

## **Senado terá audiência pública para debater blecaute (CanalEnergia) 17/11/09**

Comissões de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos aprovaram requerimento para analisar motivos de apagão em 18 estados

Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

As comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram a realização de audiência pública para debater as causas do blecaute que afetou 18 estados do país e o Paraguai, com duração de até quatro horas. O requerimento é dos senadores Delcídio Amaral (PT-MT) e Eduardo Suplicy (PT-SP), pela CAE, e do senador Fernando Collor (PTB-AL), pela CI. A data ainda será definida.

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e o ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, serão convidados, mas somente para uma segunda etapa de debates. Na primeira etapa está prevista a presença do secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia e do diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Nelson Hubner.

Collor propôs que sejam convidados os seguintes nomes: Ubiratan Aguiar, presidente do Tribunal de Contas da União; José Antônio Muniz Lopes, presidente da Eletrobrás; Jorge Samek, diretor geral de Itaipu; Carlos Nadalutti Filho, diretor presidente de Furnas; César Ribeiro Zavi, diretor de Operação do Sistema e Comercialização de Energia de Furnas; Ildo Sauer, professor da Universidade de São Paulo; Mário Veiga, presidente da PSR; os professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Djalma Falcão e Adriano Pires.

Para a primeira audiência pública, Collor quer que sejam abordados aspectos técnicos do setor, com convites para o diretor geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, Hermes Chipp; o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Gilberto Câmara e para o presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim, entre outros nomes.

Com informações da Agência Senado

## **ONS conclui relatório sobre blecaute até a próxima segunda-feira, 23 (CanalEnergia) 17/11/09**

Operador trabalha com duas hipóteses: descarga atmosférica ou sobretensão em equipamentos molhados  
Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

O Operador Nacional do Sistema Elétrico deve concluir o relatório sobre as causas do blecaute da semana passada na próxima sexta-feira, 20 de novembro, ou no máximo na segunda-feira, 23, segundo Hermes Chipp, diretor-geral do ONS, em entrevista coletiva na sede da instituição nesta terça-feira, 17. Ele disse que técnicos da Agência Nacional de Energia Elétrica e das empresas do setor estão trabalhando no relatório.

Após a consolidação, o documento será enviado à Aneel e ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico para qual Chipp pedirá uma reunião extraordinária para discutir as conclusões. O executivo afirmou que o ONS trabalha com duas hipóteses para o desligamento de 18 estados há uma semana: descarga elétrica ou sobretensão em equipamentos molhados. Ele explicou que pode haver o rompimento do isolamento dos equipamentos quando molhados pela chuva, acarretando em sobretensão, o que leva ao curto circuito.

Chipp ressaltou que o setor elétrico está preparado para dois curtos em duas linhas porque há três sistemas. "Se tivesse ocorrido o curto em dois circuitos não teríamos sentido nada. Mas ocorreu nas três linhas, praticamente simultaneamente", observou o diretor-geral do ONS. A sequência de curtos circuitos, de acordo com Chipp, foi provocada pela proximidade das linhas na chegada a subestação de Itaberá.

Ele contou que a distância entre os dois primeiros circuitos é de um quilômetro e entre esses circuitos e a terceira linha é de 20 quilômetros, mas eles convergem na chegada a subestação. Para Chipp, mais importante do que as causas, é analisar os efeitos no sistema. Apesar de considerar o religamento do sistema adequado, o executivo quer saber que medidas de contenção podem ser tomadas para minimizar a propagação do blecaute.

A intenção é evitar o efeito dominó do blecaute. "Essa foi uma ocorrência de probabilidade mínima. O sistema funciona desde a década de 1980 e nunca teve este tipo de problema", avaliou Chipp, ressaltando que nenhum sistema se protege contra uma contingência tripla. "Seria anti-econômico", completou.

Chipp lembrou ainda que o ONS mantém contratos com três institutos de meteorologia - INPE, Cptec e Simepar - para monitorar as condições meteorológicas. No dia do blecaute, o Operador foi alertado sobre as condições adversas do tempo na região, o que ocasionou a ordem de redução da geração de Itaipu entre às 13 e 19 horas. Ele frisou que este procedimento é normal quando há piora das condições meteorológicas. Na hora do apagão, por volta das 22 horas, a geração de Itaipu já tinha subido, mas ainda um pouco abaixo do normal.

Ele disse que no relatório será verificado se há medidas que possam ser implementadas para evitar a propagação dos efeitos de desligamentos parecidos. "Mesmo se for anti-econômico faremos", concluiu.

## **Aneel analisa edital de Belo Monte na próxima quinta-feira, 19 (CanalEnergia) 17/11/09**

Em reunião extraordinária, diretores também apreciarão republicação do edital do leilão A-5  
Da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

A Agência Nacional de Energia Elétrica realizará reunião extraordinária na próxima quinta-feira, 19 de novembro, a fim de analisar o edital do leilão da hidrelétrica de Belo Monte (PA, 11.233 MW). O leilão está previsto para o dia 21 de dezembro. A aprovação pode sair antes da concessão da licença prévia pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.

Na reunião extraordinária, que ocorre às 11 horas, a diretoria também vai analisar a republicação do edital do leilão A-5, em decorrência da inclusão de novos empreendimentos de geração. A nova lista não foi divulgada.

## **Cemig PN encerra em alta de 2,88% (CanalEnergia) 17/11/09**

Transmissão Paulista PN fecha com baixa de 1,86%. IEE chega aos 23.368 pontos em alta de 0,12%  
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Cemig PN encerrou em alta de 2,88% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta terça-feira, 17 de novembro. Outras ações também fecharam com resultados positivos, como a Coelce PNA (2,07%). A Transmissão Paulista PN fechou com baixa de 1,86%, seguida pela Tractebel ON (-0,91%) e pela MPX (-0,84%). A Terna Participações UNT encerrou em estabilidade. O IEE chegou aos 23.368 pontos com alta de 0,12%. O Ibovespa também encerrou com alta, em 1,17%, aos 67.405 pontos.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: -0,16%  
AES Tietê PN: 0,31%  
Celesc PNB: 0,57%  
Cemig PN: 2,88%  
Cesp PNB: -0,46%  
Coelce PNA: 2,07%  
Copel PNB: -0,47%  
CPFL Energia ON: 0,18%  
Eletrobrás PNB: 0,61%  
Energias do Brasil ON: 0,06%  
Equatorial ON: -0,49%  
Light ON: 0,82%  
MPX Energia ON: -0,84%  
Tractebel ON: -0,91%  
Terna Participações UNT: estável  
Transmissão Paulista PN: -1,86%

## **Selo Procel consegue economia de 4,3 bilhões de kWh em 2008 (CanalEnergia) 17/11/09**

Estimativa é que economia proveniente do uso de aparelhos certificados aumente entre 10% e 15% este ano  
Da Agência CanalEnergia, Consumidor

O selo Procel foi responsável pela economia de 4,3 bilhões de kWh no ano passado, segundo dados divulgados nesta terça-feira, 17 de novembro, pela Eletrobrás, responsável pelo programa. De acordo com técnicos da companhia, neste ano a economia proveniente do uso de aparelhos com o selo deve aumentar entre 10% e 15%.

Segundo a Eletrobrás, o valor economizado pelo selo Procel no ano passado equivale à geração anual de uma usina com capacidade instalada de 1.049 MW e poderia suprir 2,5 milhões de residências durante um ano. Além da economia de dinheiro, o resultado do Procel evitou a emissão de 212 mil toneladas de CO<sub>2</sub>, que equivale à emissão de 73 mil veículos por um ano. Para obter essa economia, a Eletrobrás investiu, em 2008, R\$ 45 milhões.

O número de equipamentos com o Selo dobrou nos últimos cinco anos e chegou a 2,4 mil. Os mais recentes são refrigeradores frost-free e lâmpadas a vapor de sódio. A Eletrobrás pretende conceder neste ano a certificação a luminárias, reatores eletrônicos e bombas hidráulicas. A desoneração de Imposto por Produtos Industrializados para produtos etiquetados pelo Inmetro com o Nível A, é uma das razões para o aumento da procura pela concessão do selo Procel, de acordo com os especialistas da Eletrobrás.

## **Belo Monte: técnicos do Ibama ainda analisam documentos da LP (CanalEnergia) 17/11/09**

Equipe estava no dia 3 de novembro aguardando a chegada de informações. Perspectiva é de conceder licença até o fim do mês

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

A equipe técnica do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, responsável pelo licenciamento de Belo Monte (PA-11.233 MW), divulgou na última segunda-feira, 16 de novembro, um parecer, datado do dia 3 deste mês, que trata do andamento do processo. A equipe, formada por seis técnicos, lembra que o volume de documentos a ser analisada é grande, mas os trabalhos estão encaminhados com algumas análises já concluídas.

Somente o Estudo de Impacto Ambiental e o relatório correspondente tem aproximadamente 15 mil páginas. Além do EIA/RIMA, os técnicos têm que analisar outros documentos, como os protocolados após as audiências públicas, entre os quais a análise do "Painel de Especialistas". A Eletrobrás enviou dois documentos comentando o relatório dos 42 especialistas, sendo que o último no dia 28 de outubro.

Os técnicos ainda aguardam relatórios do órgão paraense de meio ambiente e da secretaria estadual de vigilância em saúde. "Essa última deverá emitir laudo de potencial malarígeno e parecer em relação aos impactos relativos à saúde, os quais serão objeto de análise da equipe do Ibama", diz o parecer técnico. Eles também esperam avaliações do Instituto Chico Mendes sobre o grau de relevância das cavernas locais.

Ao descrever os trabalhos, os técnicos separaram as análises por aspectos socioeconômico, biótico, físico e análises integradas. Na área socioeconômica, os técnicos do Ibama já concluíram a análise de oito volumes e estavam debruçados sobre outros seis. No total, são 35 volumes. Eles ressaltaram que ainda não pegaram os documentos provenientes das audiências públicas.

Na área biótica, o pessoal técnico está readequando a análise ao ofício encaminhado pela Eletrobrás em 14 de outubro, pedido após uma reunião em 21 de agosto. Para o aspecto físico, os técnicos estão analisando as contribuições pedidas a Coppe/lvig, que, porém, não foram entregues oficialmente.

Considerado como um dos aspectos centrais do processo, as análises integradas estão sendo processadas. Uma das principais é o hidrograma de consenso, que trata da operação das vazões no trecho de 100 quilômetros da Volta Grande do Xingu, "que será submetida a estresse hídrico". Seriam analisados ainda a proposição de Área de Preservação Permanente e a previsão de impactos à ictiofauna e recursos pesqueiros, bem como a relação da qualidade da água nos reservatórios dos canais.

Segundo a assessoria do Ibama, o processo de licenciamento de Belo Monte está andando dentro da normalidade e tem em vista a data do leilão de 21 de dezembro. A perspectiva é apresentar um parecer do licenciamento prévio ainda este mês. O edital da usina tem que sair 30 dias antes do leilão, para isso, precisa ser aprovado em reunião da diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica, ou seja, até no máximo a próxima reunião na terça-feira, 24.

Segundo Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética, o governo está analisando lançar o edital sem a licença prévia, mas apenas com uma indicação clara de que a LP sairá e sem grandes modificações no que será definido pelo documento. Ele lembrou que a LP é pré-requisito para o leilão.

Com informações da Agência Brasil

## **Consumo de energia de São Paulo tem queda de 0,6% em outubro (CanalEnergia) 17/11/09**

Nos 10 meses acumulados deste ano, variação ficou em 1,5 ponto percentual negativo e volume comercializado chegou a 97.472 GWh

Da Agência CanalEnergia, Consumidor

O estado de São Paulo registrou retração de 0,6% no consumo de energia de outubro, que ficou em 10.302 GWh, em relação ao mesmo mês de 2008, segundo a Secretaria de Saneamento e Energia do estado. Nos 10 meses acumulados deste ano, a variação ficou em 1,5 ponto percentual negativo e o volume comercializado chegou a 97.472 GWh.

O consumo dos clientes industriais, que representam 44,3% do mercado paulista, registrou queda de 2,9% em relação ao mesmo período de 2008 e consumiu no último mês de outubro 4.565 GWh. O setor público, que ajudou a reduzir os índices mensais, consumiu 4,1% a menos de energia do que em outubro do ano passado, somando 1.092 GWh.

Já o consumo residencial cresceu 2,2% no mês passado ante outubro de 2008 e alcançou 2.795 GWh. O setor comercial obteve aumento de 3,4% no consumo, na mesma base de comparação, e chegou aos 1.850 GWh consumidos.

Gás - O consumo de gás de outubro em São Paulo teve queda de 8,3% e totalizou 455 milhões de metros cúbicos. Segundo a secretaria, o segmento de termogeração foi o principal afetado com a redução, com consumo de 33.000 m<sup>3</sup> e uma queda de 99,9% em comparação a outubro de 2008. O setor de cogeração, que demandou 28,7 milhões de m<sup>3</sup>, expandiu 4,1% sobre ao mesmo período do ano passado. No acumulado do ano, no entanto, o índice diminuiu em 2,7%.

## **Coelba tem lucro de R\$ 206 milhões no trimestre (CanalEnergia) 17/11/09**

Até setembro, montante soma R\$ 555,4 milhões. De julho a setembro, receita líquida fica em R\$ 849 milhões  
Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A Coelba (BA) apurou lucro líquido de R\$ 206 milhões no terceiro trimestre, resultado 7,36% acima dos R\$ 191,9 milhões registrados em igual período de 2008. No acumulado até setembro, a empresa somou R\$ 555,4 milhões de lucro, 9,34% abaixo dos R\$ 612,6 milhões lucrados no mesmo período anterior.

No terceiro trimestre, a receita bruta ficou em R\$ 1,246 bilhão, um aumento de 12,02% sobre a receita do mesmo período de 2008, que havia sido de R\$ 1,112 bilhões. Até setembro, a receita bruta totalizou R\$ 3,557 bilhões, 2,36% a mais que os R\$ 3,475 bilhões de receita verificados em igual período de 2008.

A receita líquida da Coelba no terceiro trimestre ficou em R\$ 849 milhões, 13,09% superior ao montante verificado em igual período anterior. Nos nove primeiros meses do ano, essa receita chegou a R\$ 2,407 bilhões, acréscimo de R\$ 3,92% sobre a receita líquida apurada no mesmo período do ano passado, que ficou em R\$ 2,316 bilhões.

## **Leilão A-5: preço-teto fica em R\$ 144 por MWh (CanalEnergia) 17/11/09**

Diretoria inclui aditivo ao edital garantindo a receita de hidrelétricas, caso a conexão com a Rede Básica não fique pronta a tempo

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou nesta terça-feira, 17 de novembro, o edital do leilão A-5 previsto para 18 de dezembro. Ficou definido que o preço-teto de hidrelétricas, térmicas e outras fontes ficou em R\$ 144 por MWh. A diretoria decidiu ainda incluir um aditivo ao edital garantindo a receita dos empreendimentos hidrelétricos, caso a conexão com a Rede Básica não fique pronta a tempo da entrada em operação comercial.

Os diretores mostraram surpresa de que este dispositivo não estivesse incluído no edital, como ocorrido nos certames das usinas do Rio Madeira. O edital recebeu sete contribuições institucionais, basicamente dirigidas a modificar a redação do texto.

## **Tucuruí opera com 29,07% da capacidade armazenada (CanalEnergia) 17/11/09**

Armazenamento do Norte atinge 48% do volume, segundo dados do ONS

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A hidrelétrica de Tucuruí opera com 29,07% da capacidade armazenada, segundo dados do boletim Informativo Preliminar de Dados da Operação, do Operador Nacional do Sistema Elétrico referentes à última segunda-feira, 16 de novembro. Os reservatórios do Norte atingem 48% do volume e registram baixa de 0,1%. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Nordeste - Os reservatórios registram 63,7% do volume, mantendo-se estáveis. O índice está 43,8% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 63,05% da capacidade.

Submercado Norte - O nível dos reservatórios chega a 48% do volume acumulado, registrando baixa de 0,1%. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 29,07% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios atingem 68,8% do volume, mantendo-se estáveis. O índice está 44,9% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Marimbondo e E. de Souza operam com 58,11% e 42,01%, respectivamente.

Submercado Sul - Os reservatórios registram 94,7% do volume acumulado, com alta de 0,7%. O índice está 78,6% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Machadinho trabalha com 76,97% da capacidade de armazenamento.

## **Empresas têm recursos negados e pagarão R\$ 3,038 milhões em multas (CanalEnergia) 17/11/09**

AES Sul e Cemig foram penalizadas, respectivamente, por inconformidades em níveis de tensão no fornecimento e procedimentos inadequados em subestação  
Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Agência Nacional de Energia Elétrica negou recursos e manteve multas que somam R\$ 3,038 milhões a quatro concessionárias. As penalidades foram aplicadas à AES Sul (RS), Cemig, Ponte Engenharia e Consultoria e Cocel. A distribuidora gaúcha pagará o maior valor (R\$ 2,339 milhões) em função de inconformidades referentes aos níveis de tensão no fornecimento de energia.

A Cemig deverá pagar R\$ 526,649 mil à Aneel devido a procedimentos inadequados de manutenção na subestação Neves. A Ponte Engenharia e Consultoria, que descumpriu o cronograma de implantação da pequena central hidrelétrica Alto Rio Grande, pagará multa de R\$ 68,716 mil. Em função do descumprimento das metas dos indicadores de continuidade de DEC e de FEC em 2007, a Cocel pagará multa de R\$ 103,089 mil.

Ampla - A Aneel decidiu pelo provimento parcial ao recurso interposto pela Ampla Energia e Serviços, mantendo a penalidade de advertência e alterando a multa de R\$ 2,090 milhões para R\$ 1,640 milhão. A penalidade foi aplicada devido a inconformidades relacionadas aos Programas de Universalização e Luz Para Todos.

## **Custo variável de produção de Itaipu pode mudar cálculo de TEO e PLD mínimo (CanalEnergia) 17/11/09**

Aneel abre audiência pública para analisar mudanças no cálculo dos valores, que não refletiriam despesas da usina Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou a realização de audiência pública por intercâmbio documental para o aprimoramento da metodologia de cálculo da Tarifa de Energia de Otimização (TEO) e do valor mínimo do Preço de Liquidação de Diferenças. Nesta terça-feira, 17 de novembro, a diretoria colegiada da agência decidiu que o processo terá início na próxima quarta-feira, 18, e se estende até o dia 8 de dezembro. No dia 3 de dezembro, acontece a sessão presencial para a discussão do tema.

De acordo com o diretor Edvaldo Alves de Santana, relator do processo, as áreas técnicas identificaram que a TEO é insuficiente para cobrir os custos variáveis de produção de energia da hidrelétrica de Itaipu. Santana explicou que isso ocorre devido ao custo variável da usina considerar a parcela de royalties, cessão de energia e encargos de administração, definidos no Tratado de Itaipu, além da variação cambial.

Com isso, ele ressaltou que a UHE Itaipu tem um custo de produção maior do que a TEO. Além disso, o diretor relatou que as áreas técnicas sugeriram o aprimoramento no cálculo do PLD mínimo para refletir de modo mais aderente o custo variável de produção da UHE Itaipu na energia elétrica entregue ao Sistema Interligado Nacional.

Segundo a Aneel, a TEO é atualizada periodicamente, sendo que a última atualização ocorreu em dezembro de 2008, por meio da resolução homologatória 755, que reajustou o valor da tarifa com vigência para o ano de 2009 em R\$ 8,18 por MWh.

## **Celpe lucra R\$ 90,2 milhões no terceiro trimestre (CanalEnergia) 17/11/09**

Até setembro, montante totaliza R\$ 325,4 milhões. De julho a setembro, Ebitda teve queda de 15,2%  
Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A Celpe (PE) fechou o terceiro trimestre com lucro líquido de R\$ 90,2 milhões, queda de 8,8% em relação ao mesmo período de 2008. Até setembro, a empresa registrou lucro de R\$ 325,4 milhões, 0,9% acima dos R\$ 322,5 milhões obtidos em igual período do ano passado. O Ebitda teve queda de 15,2%, em relação aos R\$ 163,9 milhões apurados no terceiro trimestre do ano passado, e encerrou com Lajida de R\$ 138,9 milhões.

A receita bruta da Celpe no terceiro trimestre ficou em R\$ 906,8 milhões, o que representa acúmulo de 11,4% sobre os R\$ 813,8 milhões de receita alcançados no mesmo período do ano passado. Nos nove primeiros meses do ano, a mesma receita chegou a R\$ 2,788 bilhões, contra R\$ 2,513 bilhões em igual período de 2008. A receita líquida cresceu 12,7% no terceiro trimestre sobre o mesmo período do ano passado e atingiu os R\$ 592,9 milhões. Até setembro, essa receita totalizou R\$ 1,835 bilhões, ficando 12,6% acima da receita líquida de R\$ 1,629 bilhões obtida nos mesmos meses de 2008.

## **MME e Aneel celebram contratos de concessão de linhas de transmissão (CanalEnergia) 17/11/09**

Empreendimentos foram leiloados no dia 8 de maio com deságio médio de 20,31% e totalizam 2,4 mil quilômetros de linhas

Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

O Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica promovem na próxima quinta-feira, 19 de novembro, às 10 horas, a assinatura dos contratos de concessão das linhas de transmissão leiloadas no dia 8 de maio passado. Os empreendimentos foram leiloados em 12 lotes com 19 linhas e 9 subestações que registraram deságio médio de 20,31%.

A cerimônia será presidida pelo ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. O diretor-geral da Aneel, Nelson Hübner, e os representantes das empresas que adquiriram as concessões no leilão assinarão os contratos. As linhas somam aproximadamente 2,4 mil quilômetros de extensão e serão construídas nos estados do Acre, Bahia, Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo.

## **Cosern encerra terceiro trimestre com lucro de R\$ 41,3 milhões (CanalEnergia) 17/11/09**

De julho a setembro, receita bruta da companhia chega a R\$ 319,2 milhões. Faturamento líquido no período fica em R\$ 217,9 milhões

Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A Cosern (RN) terminou o terceiro trimestre com lucro líquido de R\$ 41,3 milhões, um aumento de 23,6% em relação ao resultado obtido em igual período anterior. De janeiro a setembro, a empresa obteve lucro de R\$ 110,2 milhões, redução de 23,7% na comparação com o montante apurado no mesmo período de 2008, que havia sido de R\$ 144,4 milhões.

A receita bruta da companhia no terceiro trimestre chegou a R\$ 319,2 milhões, contra R\$ 285,2 milhões em igual período de 2008, representando elevação de 11,9%. Até setembro, essa receita chegou a R\$ 899,5 milhões, contra 843,8 milhões nos mesmos meses do ano passado.

No terceiro trimestre, a empresa acumulou receita líquida de R\$ 217,9 milhões, 15% superior ao mesmo período de 2008. Nos nove primeiros meses do ano, a receita líquida fechou em R\$ 602,5 milhões, ficando 4,7% acima do montante apurado em igual período anterior.

## **Equatorial ON registra alta de 1,25% (CanalEnergia) 17/11/09**

MPX Energia ON registra queda de 1,68%. IEE alcança os 23.269 pontos, com baixa de 0,30%

Da Agência CanalEnergia, Notícias

A Equatorial ON opera em alta de 1,25% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta terça-feira, 17 de novembro. O setor elétrico registra outros resultados positivos com a Celesc PNB (1,10%) acompanhada pela AES Tietê PN (0,66%). A MPX Energia ON registra queda de 1,68%, acompanhada pela Energias do Brasil ON (-1,11%) e pela

CPFL Energia ON (-1,03%). O Índice de Energia Elétrica alcançou os 23.269 pontos, com baixa de 0,30% assim como o Ibovespa, que chegou aos 66.646 pontos com alta de 0,03%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: -0,51%  
AES Tietê PN: 0,66%  
Celesc PNB: 1,10%  
Cemig PN: -0,89%  
Cesp PNB: -0,78%  
Coelce PNA: 0,20%  
Copel PNB: -0,79%  
CPFL Energia ON: -1,03%  
Eletrobrás PNB: -0,20%  
Energias do Brasil ON: -1,11%  
Equatorial ON: 1,25%  
Light ON: -0,53%  
MPX Energia ON: -1,68%  
Tractebel ON: 0,13%  
Terna Part UNT: 0,10%  
Transmissão Paulista PN: -0,86%

## **AES Eletropaulo adere ao Refis com inclusão de R\$ 910 milhões (CanalEnergia) 17/11/09**

Do total, R\$ 842 milhões são referentes ao processo judicial que discute o aumento da alíquota da Cofins de 2% para 3%

Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

O conselho de administração da AES Eletropaulo (SP) aprovou a adesão da empresa ao Programa de Parcelamento Fiscal de tributos federais (Refis). Segundo fato relevante da companhia, o valor total de tributos que serão incluídos no Refis é de R\$ 910 milhões, e o efeito da medida no lucro do quarto trimestre deverá ser de R\$ 250 milhões. O valor tem como data base o último dia 30 de setembro.

Do total, R\$ 842 milhões são referentes ao processo judicial que discute o aumento da alíquota da Cofins de 2% para 3%. A liquidação do débito será feita à vista, com a contratação de operação de financiamento bancário. Já outros R\$ 3 milhões são relativos ao processo judicial que trata da incidência da CPMF sobre as operações simbólicas de câmbio - cuja liquidação será feita por meio de levantamento de depósitos judiciais.

O programa terá inclusão ainda de R\$ 65 milhões, correspondentes ao reparcelamento dos débitos do PIS Faturamento, com amortização dos débitos na forma de parcelamento em até 10 meses. Ainda de acordo com a AES Eletropaulo, a adesão está condicionada à aprovação pela BNDESPar e AES Brasil.

## **Armando de Azevedo Henriques presidirá Duke Energy no Brasil (CanalEnergia) 17/11/09**

Executivo, que chefiou operações do grupo BG no Brasil e em países europeus, assume atividades em dezembro  
Da Agência CanalEnergia, Recursos Humanos

Armando de Azevedo Henriques será o novo presidente da Duke Energy no Brasil. O executivo, que presidiu operações na Itália, Espanha e mais recentemente o grupo BG no Brasil, substituirá Mickey Peters, que retornará aos Estados Unidos no fim do ano. De acordo com a empresa, Henriques assumirá o cargo no próximo dia 1º de dezembro.

Henriques foi vice-presidente do Comitê de Exploração e Produção do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) e da Associação Brasileira da Infra-estrutura e de Indústrias de Base. Formado em engenharia química pelo Instituto Militar de Engenharia, no Rio de Janeiro, Henriques possui MBA pela COPPEAD, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O executivo também completou o Programa Avançado de Administração na Wharton School, Universidade da Pensilvânia, EUA.

## **RME anuncia reorganização societária no controle da Light (CanalEnergia)** **17/11/09**

Sócios do consórcio passam a ter controle direto da empresa fluminense  
Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

Os sócios do consórcio Rio Minas Energia anunciaram nesta terça-feira, 17 de novembro, que farão uma reorganização societária, que resultará na cisão do grupo e em controle direto da Light S/A. A RME controla 52,13% do capital social da empresa fluminense, sendo 49,39% do próprio consórcio e 2,74% da Lindl Comercial. O capital da Lindl será absorvido pela RME.

Andrade Gutierrez Concessões e Cemig sairão da RME, assim como a Luce Brasil Fundo de Investimentos em Participações, que será absorvido por sociedade a ser constituída pelo próprio fundo. Apenas a Equatorial Energia continuará na RME. Segundo comunicado da Light, a operação não implicará na alteração do controle acionário da companhia.

"A reorganização societária da RME por seus acionistas visa dar cumprimento ao acordo de acionistas e simplificar a estrutura societária mediante a eliminação da holding RME, cuja função é unicamente deter a participação acionária companhia", afirma o comunicado. A Cemig, porém, está negociando a aquisição das participações acionárias de Andrade Gutierrez Concessões e Equatorial Energia.

## **PCHs iniciam testes e operação comercial na região Norte (CanalEnergia)** **17/11/09**

Usinas Porto Franco e Chupinguaia estão localizadas em Tocantins e em Rondônia, respectivamente  
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou o início de testes e da operação de duas pequenas centrais hidrelétricas na região Norte. A PCH Porto Franco recebeu autorização para iniciar operação comercial das unidades geradoras 1, 2 e 3 de 10 MW, totalizando 30 MW de capacidade instalada. Localizado nos municípios de Dianópolis e Novo Jardim, em Tocantins, o empreendimento pertence à Porto Franco Energética.

A Hidroelétrica Chupinguaia teve a unidade geradora 2 da PCH Cascata Chupinguaia aprovada para realização de testes. A turbina tem 4,8 MW e a usina está instalada nos municípios de Corumbiara e Chupinguaia, em Rondônia. A companhia terá prazo de 60 dias para envio de relatório confirmando ou corrigindo a potência das unidades. As informações foram publicadas no Diário Oficial da União desta segunda-feira, 16 de novembro.

## **Associações apresentam sugestões ao Planejamento Estratégico do NOS** **(CanalEnergia) 17/11/09**

Entre recomendações feitas está a definição de políticas para criação e funcionamento de grupos de trabalho sobre participação de agentes  
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

Participar das discussões sobre a regulamentação da determinação da potência instalada e da repotenciação de usinas e definir políticas, diretrizes e regras para a criação e funcionamento de grupos de trabalho que vão aprimorar a participação dos agentes e associações. Estas são algumas das sugestões apresentadas por associações ao Operador Nacional do Sistema Elétrico na segunda edição anual do Encontro ONS Agentes e Associações. O evento, que aconteceu no mês passado, teve como objetivo compartilhar expectativas e oferecer contribuições para o Planejamento Estratégico do ONS, ciclo 2010-2014. Na reunião, oito associações (Abdib, Abrace, Abraceel, Abradee, Abragef, Abragef, Abrate, Apine) apresentaram as suas sugestões ao ONS.

Entre as recomendações feitas pelas associações ao ONS estão: considerar os impactos econômicos de suas decisões, levando em conta os aspectos de custo/benefício; avaliar a experiência adquirida com a aplicação da Parcela Variável; aprofundar os estudos sobre o número de submercados e mecanismos de mitigação de riscos e de definição de preços no Ambiente de Contratação Livre; preparar-se para operar o sistema com ampliação de geração descentralizada; disponibilizar o máximo de informações sobre a operação no seu site e definir políticas, diretrizes e regras para a criação e funcionamento de grupos de trabalho nos assuntos de interesse da operação de modo a aprimorar a participação dos agentes e associações.

## SINDICAL

vivem

### **Desenvolvimento responsável (CUT Nacional) 17/11/09**

Escrito por Luiz Carvalho, com informações de Vânia Viana

Conselho do CDES debate proposta brasileira para o Clima

Reunidos na tarde de ontem (16), no Palácio do Planalto, membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) debateram a proposta brasileira para a negociação na Conferência do Clima, que acontece em Copenhague, Dinamarca, no próximo mês.

A coordenação do encontro foi feita pelo Ministro das Relações Internacionais, Alexandre Padilha. Também estavam presentes à mesa o embaixador extraordinário para Mudanças Climáticas Sérgio Serra, os ministros Reinhold Stephanes (Agricultura) e Carlos Minc (Meio Ambiente), o secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Luiz Pinguelli Rosa e o Presidente da Central Única dos Trabalhadores e coordenador do Grupo de Trabalho de Energia do Conselho, Artur Henrique.

Artur Henrique abriu a fala propondo uma moção, que ao longo da discussão se tornou uma moção sobre a mudança do clima ([Clique para ler a Moção 30.97 Kb](#)). Disse que o GT de Energia está distribuindo material que coloca como principal questão metas para os países em desenvolvimento, que devem ser voluntárias, assim como foi no caso do Brasil. Falou também da importância de se ter empregos verdes e empregos decentes e que devemos trabalhar em estudos sobre os impactos das mudanças climáticas sobre a formação e a qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras.

Aberta a palavra aos membros do conselho, o empresário Oded Grajev parabenizou o Governo Brasileiro pelas metas ousadas e sugeriu a criação de um comitê de acompanhamento das metas, que comprometa a todos os segmentos da sociedade.

O embaixador iniciou fazendo um resgate da participação brasileira nas negociações a partir de Bali (Indonésia) lembrando que já ali havia a expectativa em torno de um posicionamento por parte dos Estados Unidos. No entanto, de lá para cá muitos países, sobretudo da Europa, a exemplo da Noruega, anunciou 40% de redução nas emissões. Serra lembrou também que o Japão, país que foi tardiamente industrializado, propôs metas em torno de 25% com o novo Governo. Ele disse que para além do tema mais dramático e objeto da decisão do governo brasileiro, que é a mitigação, há que se discutir adaptação, financiamento e transferência de tecnologia, dentre outros. “O Brasil está na vanguarda, esses números representam o desvio de trajetória mais ambicioso até agora apresentado como proposta para Copenhague”, afirmou ele.

O Ministro da Agricultura falou sobre os avanços conquistados pelo setor que responde por quase a metade das emissões. Além de falar sobre o desenvolvimento tecnológico e seu crescimento nos últimos 30 anos, o plantio direto, fixação biológica do nitrogênio, entre outros temas, Stephanes também forneceu números sobre a recuperação de áreas degradadas, em especial na agropecuária.

Carlos Minc, do Meio Ambiente, disse que o Brasil mostrou números significantes de redução do desmatamento na Amazônia. Sobre o monitoramento no cerrado que não existia, ele lembra que agora pode ser acompanhado por Ibama, universidades e pelo Inpe, algo que permite mensurar a redução dos desmatamentos. Minc ainda falou sobre outras formas de redução como a regulação dos veículos e surpreendeu o plenário com a revelação de que apenas 3% da população brasileira faz a separação dos lixos.

O Professor Pinguelli apresentou um relato da participação brasileira sobre o tema mudanças climáticas desde 2007. Resgatando a criação da Rede Clima, a elaboração do Plano Nacional de Mudanças Climáticas aprovado pelo Presidente Lula em 2008 e no ano seguinte, a criação do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, dentre outras iniciativas. Pinguelli apresentou a contribuição de todos os segmentos da sociedade na construção da proposta brasileira mencionando os pontos mais relevantes apontados por cada entidade. À CUT coube, entre outras sugestões, a

preocupação com os reflexos das mudanças climáticas sobre o emprego e sobre a vida da classe trabalhadora. Ele citou ainda a Carta de Belém, documento assinado pela CUT, ONGs e outras manifestações do empresariado.

Sobre as metas, o professor falou que uma coisa é a discussão diplomática, outra a questão política. Sobre o fato de que o Brasil vai a Copenhague com uma percentual de redução definido, mas os Estados Unidos e a China não, o professor foi enfático. “É como um casamento em que a noiva não vai”, sintetizou ele.

Aberta a palavra aos membros do conselho, o empresário Oded Grajev parabenizou o Governo Brasileiro pelas metas ousadas e sugeriu a criação de um comitê de acompanhamento das metas, que comprometa a todos os segmentos da sociedade

## **Basta de repressão, acidentes e exploração (CUT Nacional) 17/11/09**

Escrito por Valter Bittencourt - Imprensa CNM/CUT

18 de novembro: Dia Internacional de Lutas dos Trabalhadores na Gerdau

Problemas graves na Gerdau Nesta quarta-feira, 18 de novembro, os trabalhadores na Gerdau em todo o mundo realizam o Dia Internacional de Lutas em que pretendem mobilizar e conscientizar os companheiros de todas as plantas para os problemas existentes na multinacional brasileira

A Gerdau está com problemas aos montes. A situação para os trabalhadores realmente é muito ruim. Além da repressão da chefia, o número de acidentes de trabalho só tem aumentado. Em muitos setores, a situação está insustentável. Os companheiros não aguentam mais tanta exploração e covardia da direção da empresa.

No ato, os trabalhadores exigirão um basta nos seguintes temas:

- Fechamento de fábricas
- Transferência de produção para outros locais
- Demissões
- Flexibilizações e precarizações

Por isso, o Comitê Mundial dos Trabalhadores na Gerdau chama os trabalhadores da Gerdau a se organizarem contra essa situação. Procurem os companheiros ligados ao Sindicato e denunciem os abusos de chefia e as péssimas condições de trabalho.

Precisamos construir uma forte resistência. Se for preciso, teremos de ir à greve para acabar com tanta sacanagem.

Abaixo, conheça algumas das várias irregularidades em que a fábrica deve tomar providências. Caso contrário, vamos à luta:

- Irregularidades e omissão na entrega de CAT's
- Exploração dos estagiários
- Vistas grossas da empresa em ações de precarização do trabalho
- Trabalhadores acidentados são liberados no olhar, sem serem examinados
- Repressão e assédio moral
- Imposição de banco de horas
- Convênio Médico de baixa qualidade
- Uso de telhas de amianto nas instalações das fábricas

- Programa "Metas" só favorece a empresa

- Importação/substituição de trabalhadores

## **Políticas Públicas para as mulheres (CUT Nacional) 17/11/09**

Escrito por William Pedreira

Seminário Nacional aponta para investimentos no combate às desigualdades de gênero

No primeiro dia do V Seminário Nacional do Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Mundo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo, que teve como temática "Divisão Sexual do Trabalho, Estado e Crise do Capitalismo", representantes do movimento social e sindical, estudiosas e professoras debateram o impacto e as consequências da crise e as políticas públicas voltadas para a mulher trabalhadora. O evento, organizado pelas entidades que compõem o Núcleo, entre elas a CUT, começou nesta segunda-feira (16) e vai até esta terça-feira (17). Já nos dias 18 e 19, as mulheres aprofundam a reflexão de igualdade no Seminário Internacional promovido pela CUT em parceria com a Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES).

Pela manhã, as convidadas foram recepcionadas pela secretária nacional da Mulher Trabalhadora da CUT Rosane Silva, que lembrou da importância do encontro. "Nós, mulheres, temos de fazer deste encontro um espaço importante na discussão e deliberação de ações que promovam a igualdade de oportunidades e que avancem no âmbito das políticas públicas para as mulheres."

Representantes do Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Mundo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo presentes na mesa de abertura aproveitaram a ocasião para homenagear a companheira Maria Ednalva, figura importante na constituição do próprio Núcleo e na construção de uma política de igualdade de gênero.

Depois da solenidade, as pesquisadoras Helena Hirata e Maria Rosa Lombardi deram início à Conferência "A Crise Mundial e o Impacto da Reestruturação Produtiva na divisão Sexual do Trabalho".

A professora Helena Hirata foi a primeira a relatar os seus estudos e destacou que as consequências da crise variaram de acordo com cada país, afetando o mundo do trabalho e, conseqüentemente, às mulheres. "Durante a crise, vimos uma disfunção social que resultou na precarização e flexibilização do trabalho de forma diferenciada para homens e mulheres."

A evolução do movimento feminista neste contexto de desigualdade foi algo destacado pela professora. "As mulheres antigamente faziam parte do pólo do trabalho, assim como os homens apareciam como figura com maior representatividade. Hoje, as mulheres aparecem de forma autônoma, deslocando-se dos homens e independentes de outras questões, organizando assim, ações particulares como a Marcha das Mulheres contra a pobreza e a violência sexista."

Para a representante da Fundação Carlos Chagas, Maria Rosa Lombardi, os números comprovam a diferenciação da posição da mulher em relação ao homem no mercado de trabalho. "As mulheres continuam sendo as maiores responsáveis pela reprodução social, o que repercute nas possibilidades de emprego, de construção de uma carreira ou de uma ascensão de hierarquias. Devemos lutar para situar melhor a colocação da centralidade da mulher no mercado de trabalho."

No período da tarde, houve a realização de uma mesa para discutir o papel do Estado e a divisão sexual. A professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Bila Sorj, falou sobre as políticas públicas na mediação do trabalho produtivo e reprodutivo no Brasil, mencionando que a "questão do bem estar social deve garantir aos trabalhadores os direitos básicos, mesmo que eles não estejam trabalhando". Para ela, o regime com participação do estado é aquele que reúne maiores condições de igualdade entre homens e mulheres. "O problema é que no Brasil, ainda prevalece o regime da família, o que reforça a desigualdade de gêneros."

Mesa Estado e Divisão Sexual do Trabalho

Mas ela ressalta que o movimento feminista promoveu uma extraordinária mudança de comportamentos pautada pela promoção de mais liberdade e igualdade entre os sexos.

A professora da Universidade de Brasília, Marlene Teixeira, deu um panorama das políticas de combate à pobreza no cotidiano das mulheres. Ela destacou que a proteção de previdência social é dividida pela política de gênero e sexo, dando

como exemplo o benefício do Bolsa Família. "Com o formato que tem hoje, o Bolsa Família constitui evoluções no campo da saúde, com ações para mulheres gestantes e crianças de 0 a 6 anos, e no campo da educação, com a matrícula das crianças nas escolas e a garantia de pelo menos 85% de frequência." Marlene Teixeira destaca que é "incontestável os benefícios do Bolsa Família na vida das mulheres, mesmo que não seja por completo".

Para falar sobre as políticas públicas voltadas para as agricultoras familiares a mesa contou com a participação da diretora executiva da CUT e coordenadora da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, Elisângela Araújo, que relatou os avanços significativos conquistados pelas trabalhadoras nos últimos períodos. "Um marco para as lideranças femininas foi promulgação da Constituição de 1988, que deu as mulheres o direito a terra e o acesso a previdência social. A década de 90 foi muito importante para que se concretizasse essas conquistas".

Elisângela afirmou que políticas públicas como o Bolsa Família, a previdência social e os programas de micro-crédito e economia solidária são de extrema importância para as agricultoras familiares, mas que é preciso uma intervenção qualitativa para obter uma continuidade.

Ao final do primeiro dia de debates, o secretário geral da CUT Quintino Severo fez uma breve saudação as participantes e aproveitou para afirmar que o problema de gênero não é apenas um questão de ordem capitalista, mas também relacionado a questão cultural e que a CUT vem desenvolvendo ações para derrubar esta barreira. "A nossa Central tem feito muitos debates e ações na busca pela socialização e divisão do trabalho, da renda e do acesso da mulher aos espaços de gerenciamento".

## **'O monopólio da comunicação é uma ameaça ao exercício pleno da democracia no Brasil' (CUT Nacional) 17/11/09**

Escrito por Instituto Humanitas Unisinos

Confira entrevista com José Sóter, da Abraço

"Talvez, o maior estrago que a mídia faz junto à classe trabalhadora seja ideológico. Os meios de comunicação passam 24 horas pregando o individualismo, a competição, o consumismo. A solidariedade e a ação coletiva como forma de atingir a transformação social são apresentadas de forma negativa, como algo que já está superado, com o objetivo de desmobilizar os trabalhadores". A opinião é do coordenador executivo da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária - Abraço Nacional e secretário geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC, José Sóter. Exatamente por isso que ele considera importante a participação do movimento sindical na Conferência Nacional de Comunicação. Crítico do Ministério das Comunicações, Sóter considera que ele sempre esteve ligado aos interesses do monopólio. "Ele tem atuado mais como promotor dos interesses da radiodifusão privada do que como agente de controle público. O interesse privado dos donos da mídia tem prevalecido sobre o interesse público".

Para José Sóter, "os grandes grupos de comunicação privados atuam como partidos políticos de fato. Apóiam os candidatos e partidos que representam o pensamento único das elites e atacam aqueles que se contrapõem a esta linha, sejam partidos ou movimentos sociais. A mídia interfere no resultado das eleições, tanto através da manipulação de pesquisas quanto pelas posições que defende sem permitir o contraponto". Essa e outras afirmações são feitas por José Sóter na entrevista que segue, concedida, por e-mail, à IHU On-Line:

IHU On-Line - Quais os principais pontos que devem ser discutidos na Conferência Nacional de Comunicação?

José Sóter - As políticas públicas de comunicação sempre foram discutidas entre os empresários e o governo. A Confecom tira este tema da penumbra e o traz para o debate público. As principais questões em discussão serão: o controle social da mídia, a democratização e transparência das concessões, a criação de uma lei geral da radiodifusão que contemple as emissoras comunitárias, e a implementação dos sistemas público e estatal. A descriminalização das rádios comunitárias, a desburocratização e democratização das concessões das emissoras comunitárias, o financiamento público para as mídias comunitárias e Internet em banda larga gratuita para todos também estarão em debate.

IHU On-Line - De que maneira pode acontecer o controle social sobre os meios de comunicação? Como a sociedade pode participar mais nos processos de produção da comunicação?

José Sóter - O controle social pode acontecer através dos conselhos de comunicação. O Conselho de Comunicação Social está inativo. A Abraço defende a recomposição do Conselho, com regulamentação do processo de escolha dos conselheiros para evitar solução de continuidade. Também defendemos a criação dos conselhos estaduais e municipais de comunicação. Outro instrumento de participação são as audiências públicas para avaliar as concessões e os

conselhos editoriais com a participação de representantes da sociedade civil. A sociedade pode participar do processo de produção da comunicação desde que tenha acesso aos meios de distribuição. As rádios comunitárias são um instrumento concreto de participação da sociedade na produção da comunicação.

IHU On-Line - Qual sua avaliação geral sobre as políticas públicas na área de comunicação e sobre a postura do atual Ministério das Comunicações?

José Sóter - As políticas públicas de comunicação sempre foram tratadas como assunto dos empresários da comunicação e do governo. Com a Confecom, pela primeira vez, este tema é debatido pela sociedade de forma mais ampla. O Ministério das Comunicações sempre esteve ligado aos interesses do monopólio. Ele tem atuado mais como promotor dos interesses da radiodifusão privada do que como agente de controle público. O interesse privado dos donos da mídia tem prevalecido sobre o interesse público. Com o atual ministro não é diferente, basta ver a postura em relação às rádios comunitárias. O Ministério faz de tudo para dificultar a obtenção de outorga pelas comunitárias; os processos levam anos parados nas gavetas. Enquanto isso, a Anatel, que também atua na defesa da mídia corporativa, reprime as rádios sem outorga. Acontece que a responsabilidade pelas rádios não terem outorga é do próprio Ministério, que não dá andamento nos processos. Nós lutamos pela sua regularização. O projeto de lei em tramitação no Senado Federal, de autoria do ministro Hélio Costa, que permite a venda de emissoras sem a necessidade de autorização do Ministério das Comunicações, é outro exemplo da postura do ministro. Para as rádios privadas, menos controle público; para as comunitárias, burocracia e repressão.

IHU On-Line - Qual o papel do movimento sindical na Confecom?

José Sóter - A Central Única dos Trabalhadores - CUT, federações nacionais e sindicatos têm participado do processo de construção da Confecom. Esta participação é muito importante para reafirmar o caráter de classe da luta pela democratização da comunicação. A classe trabalhadora é quem mais sofre com o monopólio. Os movimentos sociais são criminalizados, as rádios comunitárias são taxadas de "piratas", quando uma categoria vai à greve por aumento de salários ou melhores condições de trabalho, a mídia mostra os transtornos provocados pela greve, mas não dá espaço para os trabalhadores explicarem os motivos que os levaram à paralisação. Mas, talvez, o maior estrago que a mídia faz junto à classe trabalhadora seja ideológico. Os meios de comunicação passam 24 horas pregando o individualismo, a competição, o consumismo. A solidariedade e a ação coletiva como forma de atingir a transformação social são apresentadas de forma negativa, como algo que já está superado, com o objetivo de desmobilizar os trabalhadores. Por isso a participação do movimento sindical na Confecom é importante.

IHU On-Line - Em que medida a democratização da comunicação pode influenciar no avanço da democracia de forma geral no Brasil?

José Sóter - Os grandes grupos de comunicação privados atuam como partidos políticos de fato. Apóiam os candidatos e partidos que representam o pensamento único das elites e atacam aqueles que se contrapõem a esta linha, sejam partidos ou movimentos sociais. A mídia interfere no resultado das eleições, tanto através da manipulação de pesquisas quanto pelas posições que defende sem permitir o contraponto. O monopólio da comunicação é uma ameaça ao exercício pleno da democracia no Brasil. Não podemos confundir liberdade de expressão com manipulação, que é, exatamente, o inverso da liberdade de expressão. A democracia plena passa pela democratização dos meios de comunicação e pelo direito da população construir e operar os seus próprios meios de comunicação.

IHU On-Line - Quais as consequências de uma comunicação que atende apenas aos interesses do grande capital?

José Sóter - É uma comunicação que está a serviço dos interesses de uma elite, que impede os trabalhadores de se expressarem e que mercantiliza e vulgariza a cultura, sufocando as manifestações regionais e autênticas da cultura brasileira. Só tem espaço na mídia quem se submete à lógica da padronização a serviço do lucro. Por isso, defendemos a criação de TVs comunitárias, contemplando todos os municípios brasileiros, para, junto com as rádios comunitárias, fortalecerem essa cultura e a identidade local para o fortalecimento da cultura e da identidade nacional.

Escrito por Graziela Wolfart e Márcia Junges, do Instituto Humanitas Unisinos

## **Químicos (CUT Nacional) 17/11/09**

Escrito por Sindicato dos Químicos do ABC

Suspensa paralisação na BASF Demarchi e na Vila Prudente; Mauá permanece parada

Apesar de afirmar à grande imprensa que a paralisação dos trabalhadores nos sites Demarchi (SBC), PU (Mauá) e Vila Prudente (SP) era parcial e não afetava em nada sua produção, a BASF pediu ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) uma Audiência de Conciliação, por considerar o movimento grevista ilegal e abusivo. Diante disso, os trabalhadores, em assembleias realizadas nos turnos da noite, manhã e início da tarde desta terça-feira (17), nas localidades Demarchi e Vila Prudente, decidiram suspender a paralisação.

“Essa foi só mais uma entre as tantas práticas anti-sindicais que a multinacional alemã praticou no dia de ontem”, desabafa o diretor do Sindicato dos Químicos do ABC e trabalhador na BASF Demarchi, Fábio Lins. Segundo o sindicalista, a empresa se comportou de forma bastante truculenta diante da paralisação dos trabalhadores, mostrando um despreparo e contradições com a prática de Diálogo Social que a BASF tem não só em nível nacional, mas também em toda a América do Sul e Europa.

O sindicalista conta que a edição de ontem do informativo interno da empresa (BASF Informa) colocou em destaque que a paralisação era ilegal e que chefias estavam ligando para residências pressionando os trabalhadores a não aderirem ao movimento. A empresa interveio para alterar o itinerário dos fretados, impedindo que o setor administrativo participasse da assembleia, e determinou o fechamento do grêmio ABC, localizado próximo ao portão da unidade Demarchi, impedindo o acesso dos trabalhadores à lanchonete e aos banheiros.

“Foram muitas pressões em cima dos trabalhadores. Para nós, o movimento não é só legítimo como também justo e legal. Vamos esperar o resultado da audiência, e a partir daí decidir se retomamos ou não as paralisações”, afirma o diretor.

Já na localidade de Mauá, os trabalhadores da BASF-PU decidiram manter a paralisação no dia de hoje e avaliar a situação em assembleia que será realizada nesta quarta-feira, no período da manhã.

"Isso só confirma a insatisfação dos trabalhadores com as atitudes da empresa. A greve continua aqui em Mauá", comenta o diretor do Sindicato dos Químicos do ABC e trabalhador na BASF-PU, Airton Cano.

Mais informações:

BASF Demarchi - Moacir Pereira da Silva - membro da Comissão de Fábrica da BASF Demarchi - Tel. 7638 1530

BASF - PU, Mauá - Airton Cano - diretor do Sindicato dos Químicos do ABC - tel. 7311 2293

## **Eletricitários de Minas Gerais (CUT Nacional) 17/11/09**

Escrito por Sindieleto-MG

Cemig apresenta balanço financeiro positivo mas não atende a pauta de reivindicações da categoria

As assembleias realizadas pelas entidades sindicais na manhã desta terça-feira, 17 de novembro, rejeitaram a proposta da Cemig, por votação expressiva. Eles decidiram paralisar as atividades a partir da próxima segunda-feira, dia 23, até que a Cemig volte a negociar. Um primeiro balanço aponta mais 91% dos trabalhadores que participaram de assembleias na Grande BH, regiões Oeste e Vale do Aço que já reprovaram a proposta.

No Anel Rodoviário, em Belo Horizonte, os eletricitários acharam que a proposta não atende a pauta de reivindicações da categoria. "Rejeitei e vou aderir à greve até o fim, mesmo que o acordo saia no ano que vem. Unidos, nós teremos força para conquistar um bom acordo coletivo", disse o eletricitista Alex Lopes.

O coordenador geral do Sindieleto-MG, Wilian Vagner Moreira, lamentou as "mentiras" da Cemig, o desrespeito e as tentativas de desgastar a luta da categoria. "Não entendemos o porquê de tanta enganação, dizer para o mercado que a empresa está ótima financeiramente e depois afirmar para os trabalhadores que a Cemig Distribuição está com dificuldades financeiras. Por que para nós o discurso é outro?", questionou. Ele acrescentou que a empresa quis testar o poder de mobilização dos trabalhadores e obteve resposta à altura com a paralisação da sexta-feira, 13. "Agora, estamos mais fortes para uma paralisação maior. Vamos ampliar a luta, cada vez mais. Este é o nosso momento, a nossa hora de dar um basta neste desrespeito e exigir uma negociação de fato para nossa pauta de reivindicações", destacou.

As entidades que representam os eletricitários se reuniram com o presidente da Cemig, Djalma Moraes e o Comitê de Negociação na segunda-feira, dia 16. Foi apresentada a nova proposta da Cemig que não trouxe novidades. Após mais de 3 horas de argumentos dos eletricitários, a proposta se resumiu a 4,20% de INPC, 0,65% de aumento real, duas

remunerações em 2009, e meia remuneração ou R\$ 2500,00 em março de 2010 (a opção que for maior). As entidades sindicais tentaram negociar os outros itens da pauta, entretanto, o Comitê radicalizou e não aceitou mais negociar.

## **Campanha Salarial (CUT Nacional) 17/11/09**

Escrito por FUP

FUP se reúne com Petrobrás para buscar avanços na pauta de reivindicações

Em resposta à cobrança da FUP, a Petrobrás e suas subsidiárias retomaram o processo de negociação nesta segunda-feira, 16. A última contraproposta da empresa foi massivamente rejeitada pela categoria e os trabalhadores aprovaram estado de greve nas assembleias. O Conselho Deliberativo, formado por um representante de cada sindicato filiado e a diretoria colegiada da FUP, indicou a retomada da negociação com a Petrobrás e, paralelamente, a intensificação das mobilizações. O Conselho também estabeleceu prazo até o dia 18 para que a Petrobrás apresente uma nova contraproposta que contemple as principais reivindicações dos trabalhadores. A negociação com a empresa prossegue nesta terça-feira, 17, com a continuidade da reunião, a partir das 9 horas.

Mobilizações - os petroleiros estão realizando paralisações surpresa em várias unidades do Sistema Petrobrás. Pela manhã desta segunda-feira, 16, os trabalhadores da Bahia (Rlam, Fafen, Transpetro, Biodiesel e áreas de produção) participaram de mais uma mobilização contra acidentes e por avanços na negociação com a empresa, em um ato de quatro horas na BR 324. Na base do Unificado do Estado de São Paulo, os petroleiros do Terminal de Barueri atrasaram o expediente desta segunda (16), com adesão de 100% de todos os trabalhadores da unidade. Eles também matem operações padrões, assim como as demais bases do Unificado (Replan, Recap e terminais de São Paulo). No Rio de Janeiro, anistiados do movimento de oposição se manifestaram em frente ao Edise, cobrando o atendimento dos principais pleitos da categoria, em um ato que contou com o apoio da direção do Sindipetro-RJ. Na semana passada, houve mobilizações de norte a sul do país, por uma nova política de SMS, contra os acidentes e em defesa da vida e da AMS. Nas unidades operacionais, a luta prossegue também pelo restabelecimento do extraturno (dobradinha), uma das bandeiras desta campanha.

Insegurança e acidentes – a FUP iniciou a reunião de negociação com a Petrobrás, lamentando a morte de mais três trabalhadores terceirizados em acidentes fatais ocorridos na primeira semana de novembro: o soldador Antônio Jales de Oliveira, 41 anos, o mecânico Marco Antônio Faustino Fonseca, 46 anos, o auxiliar de serviços gerais Rodrigo Gomes Oliveira, 32 anos. São cinco mortes este ano em consequência de acidentes de trabalho na empresa, todas com terceirizados. Nos últimos dez anos, foram 196 vítimas, destas 164 eram prestadores de serviço. A FUP voltou a criticar a política de SMS da Petrobrás, que deveria proteger o trabalhador, zelando por sua saúde e segurança, mas continua focada na terceirização dos riscos, colocando a produção acima da vida.

Cláusulas sociais e cancelamento das punições - a FUP ressaltou que o acordo coletivo que está em negociação tem validade de dois anos para as cláusulas sociais e, portanto, é fundamental que esta campanha avance no sentido de garantir a efetivação de direitos e ampliação de conquistas. A Petrobrás tem condições de avançar no atendimento das reivindicações referentes a saúde e segurança, terceirização, benefícios, efetivos, condições de trabalho, garantia no emprego, entre outras questões sociais. Além disso, é ponto condicionante neste acordo que a empresa cancele as punições arbitrárias aplicadas contra os trabalhadores que participaram da greve de março.

Direitos dos terceirizados – a FUP enfatizou mais uma vez a importância deste acordo coletivo garantir mudanças na política de contratação da Petrobrás, estabelecendo direitos básicos para os trabalhadores terceirizados, como redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, licença maternidade de 180 dias, constituição de um fundo garantidor para pagamento das verbas rescisórias, condições seguras de trabalho, entre outras reivindicações.

Reconquista de direitos usurpados - a Federação voltou a destacar em mesa os principais pontos da pauta de reivindicações, inclusive as pendências ainda existentes em relação às conquistas que foram usurpadas pelos governos neoliberais, segregando os trabalhadores, com diferenciações de direitos. É o caso do extraturno (dobradinha); do ingresso de pai e mãe na AMS (nos mesmos moldes praticados até 1997); previdência complementar (Petros) e auxílio doença para os trabalhadores da Transpetro; AMS para os aposentados da Transpetro; garantia da aposentadoria especial; condições dignas e seguras de trabalho para os terceirizados; política de SMS focada na prevenção de acidentes e das doenças ocupacionais; garantia no emprego; implementação dos direitos dos anistiados (ATS a partir da readmissão, reabertura do convênio para a AMS sem data limite, cumprimento da orientação normativa 04 do Ministério do Planejamento); revogação da Resolução 49 da Petros; entre outras reivindicações.

Reivindicações econômicas – a FUP também tornou a defender as reivindicações dos trabalhadores referentes às cláusulas do acordo que têm impacto econômico para a categoria, como ganho real de 10% mais produtividade; reabertura do PCAC; benefício educacional em valor único para todos os trabalhadores da ativa, aposentados/pensionistas e seus dependentes; licença maternidade de 180 dias garantida no acordo coletivo; reabertura da repactuação do Plano Petros e implementação do BPO; correção das distorções da RMNR; reconhecimento da periculosidade; gratificação adicional para todos os trabalhadores que atuam em áreas remotas (Abast, Transpetro e Biodiesel).

Demissões – a FUP condenou as demissões ocorridas nos últimos meses, entre elas as dos vigilantes concursados na Bahia e de militantes e ativistas sindicais, como o ex-presidente do Sindipetro-PE/PB, Eduardo Viana Menezes; o inspetor de segurança da Reduc, Oscar de Medeiros Filho; e a ex-dirigente do Sindicato dos Químicos e Petroleiros da Bahia, Edilene Farias, a Leninha. A Petrobrás declarou que não houve motivação política em nenhuma destas demissões. A Federação criticou este tipo de conduta por parte da empresa em plena campanha reivindicatória, cujo um dos eixos de luta é o cancelamento das punições, que, assim como várias demissões ocorridas na Petrobrás, foram políticas e, portanto, arbitrárias. A FUP cobrou a reintegração dos demitidos, ressaltando que esses não são fatos isolados, pois as demissões e punições aplicadas pela empresa têm sido praticadas sem sequer dar aos trabalhadores o legítimo direito de defesa, configurando, portanto, perseguição política e descumprimento do acordo coletivo. A Federação ressaltou que a atual cláusula do acordo coletivo que abrange a garantia no emprego precisa ser aprimorada para evitar essas distorções e garantir, de fato, a segurança do trabalhador de que não será demitido ou punido por questões políticas.

Cancelamento da eleição na Cipa da Bacia de Campos – a FUP cobrou que a Petrobrás cumpra a decisão da Superintendência Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, que determinou o cancelamento da eleição da Cipa de PRA-1, em função das irregularidades cometidas pela empresa, como o cancelamento das inscrições dos trabalhadores que foram punidos. A Petrobrás informou que aguarda esclarecimento da Superintendência para se posicionar.

## **Sorocaba (CUT Nacional) 17/11/09**

Escrito por Sindicato dos Rodoviários de Sorocaba e Região

Trabalhadores da TCS e da Urbes decretam greve por condições dignas de trabalho

O Sindicato dos Rodoviários de Sorocaba e Região notificou de greve a empresa Transporte Coletivo Sorocaba – TCS e a Urbes Trânsito e Transportes pelos seguintes motivos: precariedade na manutenção da frota, inexistência de veículos de reserva, o que impede a devida manutenção, frota de veículos com idade média muito acima do comum, o que vem ocasionando extrema necessidade de manutenção e falta de condições de segurança para a operação do Transporte de Passageiros.

Caso os problemas relatados acima não sejam resolvidos, o movimento grevista será deflagrado nas primeiras horas da próxima segunda-feira, 23 de novembro.

Os constantes acidentes que vem ocorrendo nos últimos meses foram os motivos que levaram o Sindicato a definir pela greve.

“É evidente que os constantes acidentes, muitos deles relatados pela imprensa local, colocam em risco a integridade física dos trabalhadores e dos passageiros. O Sindicato quer uma solução. Se os problemas de segurança não forem resolvidos até o final desta semana, os trabalhadores cruzarão os braços na segunda-feira”, afirma Paulo João Estausia, presidente do Sindicato.

O Sindicato deixa claro que o objetivo é garantir condições de segurança para os trabalhadores desenvolverem suas funções. Não importa para o Sindicato se a intervenção municipal irá colocar novos ônibus, se a TCS irá comprar ônibus novos ou se as empresas contratadas em caráter emergencial começarão a operar.

O Sindicato notificou de greve a Urbes no final da tarde da ontem, segunda-feira, e a TCS recebeu a notificação na manhã de hoje, dia 17.

## **Sinergia CUT: eletricista morre vítima de acidente de trabalho (CUT Nacional) 17/11/09**

Escrito por Sinergia CUT

No último domingo (15), faleceu o trabalhador da CPFL Energia, Kleber Augustos dos Santos Fernandes, 32 anos, vítima de acidente de trabalho ocorrido na madrugada no dia 20 de outubro. O eletricitista de distribuição da Estação Avançada de Itapira estava hospitalizado na Santa Casa de Mogi Guaçu, desde o acidente que envolveu também o eletricitista Marcio Carlos Garcia. Os dois acidentaram-se com o veículo da empresa na rodovia SP 348, no km 178 que liga Espírito Santo do Pinhal a Mogi Guaçu.

O Sinergia CUT lamenta o fato e expressas suas condolências à família do trabalhador. A entidade sindical está acompanhando a apuração do acidente.

## **Emir Sader: Escolas latino-americanas, médicos do povo para o povo (CUT Nacional) 17/11/09**

Escrito por Blog do Emir

Há 10 anos que se estão formando as primeiras gerações de médicos de origem pobre na América Latina. Não estão sendo formados pelas excelentes universidades públicas latinoamericanas, que têm os melhores cursos tradicionais de medicina do continente. Nem falar das universidades privadas.

Por Emir Sader, em seu blog

Eles estão sendo formados pelas Escolas Latinoamericanas de Medicina, projeto iniciado há 10 anos em Cuba e que agora já conta com uma Escola similar na Venezuela e tem projeto de ampliar-se para países como Bolívia e Equador. São selecionados estudantes por cotas de movimentos sociais -originários do movimento camponês, do movimento negro, do movimento sindical, do movimento indígena e de outros movimentos sociais -, se tornam alunos do melhor curso de medicina social do mundo e retornam a seus países para praticar os conhecimentos adquiridos não na medicina privada, mas na medicina social, pública, nos lugares que os nossos países mais precisam, sem contar normalmente com os médicos formados nas universidades tradicionais.

Cuba transformou uma antiga instalação militar - a Academia Naval Granma - em uma universidade médica latinoamericana, para que milhares de jovens privados de estudar medicina nos seus países, possam ter acesso a esse curso em Cuba e retornem a seus países para atender necessidades que não são contempladas pela medicina tradicional.

Além da melhor medicina social que se pode dispor hoje no mundo, os alunos recebem formação histórica sobre o nosso continente, respeitando-se as convicções - políticas, religiosas - de cada aluno. "Médicos dispostos a trabalharem onde for preciso, nos mais remotos cantos do mundo, onde outros não estão dispostos a ir. Esse é o médico que vai ser formar nesta Escola" - dizia Fidel na inauguração da Escola.

A primeira turma se formou em 2005. Formar um médico nos EUA custa não menos de 300 mil dólares. Cuba está formando atualmente mais de 12 mil médicos para países do Terceiro Mundo, em uma contribuição inestimável para os povos desses países. Mesmo passando dificuldades econômicas nas duas últimas décadas, Cuba não diminuiu nenhuma vaga na Escola Latinoamericana de Medicina - como, aliás, nenhuma vaga nas escolas cubanas, nem nenhum leito em hospital.

Desde a formação da primeira turma, em 2005, graduaram-se médicos de 45 países e de cerca de 84 povos originários. Formaram-se 1496 médicos em 2005, 1419 em 2006, 1545 em 2007, 1500 em 2008, 1296 em 2009. Os três países que tiveram mais médicos formados na Escola são Honduras, com 569, Guatemala, com 556 e Haiti, com 543. Atualmente mais de 2 mil alunos estudam na Escola. A procedência social deles é em sua maioria operários e camponeses. As religiões predominantes são a católica e a evangélica.

A Escola em Cuba - em uma cidade contígua a Havana - é integrada por 28 edificações numa área de mais de um milhão de metros quadrados, onde os estudantes recebem o curso pré-médico e os dois primeiros anos do curso de medicina, de ciências básicas. Depois os alunos recebem o "ciclo clínico" nas 13 universidades médicas existentes em Cuba. O corpo geral de professores é de mais de 12 mil.

O Brasil também já conta com cinco gerações de médicos, formados na melhor medicina social, sem que possam exercer a profissão, propiciada pela generosidade de Cuba. Os Colégios Médicos tem conseguido bloquear esse benefício extraordinário para o povo brasileiro, alegando que o currículo em que se formara, não corresponde exatamente ao das universidades brasileiras - uma forma corporativa de defender seus privilégios.

As nossas universidades públicas costumam ter as vagas ocupadas por alunos que se preparam muito melhor que a grande maioria, por dispor de recursos econômicos que lhes possibilitam ter formação muito superior às dos outros. Assim, em geral tem origem na classe média alta e na burguesia, que desfrutam da melhor formação que as universidades públicas possuem, gratuitamente, sem que a isso corresponda a contrapartida de exercer medicina social, nas regiões em que o país mais necessita.

Essas instituições corporativas não devem se preocupar, as centenas de médicos formados na Escola Latinoamericana de Medicina não abrirão consultórios nos Jardins de São Paulo, na zona sul do Rio ou em outras regiões ricas das capitais brasileiras. Eles irão fazer a medicina social que o Brasil precisa, atendendo a demandas que não são atendidas pelos médicos formados nas melhores universidades públicas brasileiras, mas que derivam seus conhecimentos para atender a clientela privadas, em condições de pagar consultas e tratamentos caros.

As negociações para o reconhecimento dos diplomas dos jovens médicos solidários formados em Cuba estão em desenvolvimento, com apoio do governo brasileiro, mas ainda não chegaram a uma solução que permita o aporte dessas primeiras gerações de médicos brasileiros de origem popular.

## **Em duas ações, 58 pessoas são libertadas de trabalho escravo (CUT Nacional) 17/11/09**

Escrito por Repórter Brasil

Trabalhadores dormindo em curral, sem acesso a instalações sanitárias, desprovidos de água potável e de equipamentos de proteção individual (EPIs). Sem qualquer direito trabalhista. Foram essas as condições que os fiscais do grupo móvel de fiscalização e combate ao trabalho escravo da Região Sul encontraram em duas operações diferentes, entre os dias 29 de outubro e 5 de novembro. O grupo é composto por procuradores do trabalho, auditores fiscais do trabalho e agentes da Polícia Federal (PF).

A primeira fiscalização aconteceu no município de Cerro Azul (PR), a cerca de 80 km da capital Curitiba (PR). Na ocasião, foram libertados 40 trabalhadores que prestavam serviços na Fazenda Pinhal Grande. O grupo estava no local há cerca de seis meses, atuando no corte de madeira (pinus). As vítimas foram contratadas por subempreiteiros em municípios próximos à fazenda. Ficou caracterizada a terceirização ilegal, comum na região.

Os proprietários das terras com pinus costumam vender a madeira sem executar o trabalho de extração, ou seja, os compradores acabam se responsabilizando acerca do contrato dos trabalhadores para retirar o produto. "O setor patronal defende a venda da floresta em pé. Eu sou contra por causa das condições trabalhistas a que são submetidos os empregados. Sempre aparecem contratos para isentar o proprietário do vínculo trabalhista", argumenta Gláucio Araújo de Oliveira, da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região (PRT-9), que acompanhou a operação do grupo móvel.

As árvores de pinus da Fazenda Pinhal Grande foram vendidas por U\$S 18 milhões em 2003 para a Brasil Timber Ltda, conforme a fiscalização. Pelo contrato, a empresa retiraria o produto por um período de 15 anos. "A Timber não tem empregados. Só tem um pequeno escritório em Curitiba e conta com acionistas americanos", acrescenta Gláucio.

A empresa Brasil Timber revendeu a floresta em pé para trabalhadores rurais que se tornaram subempreiteiros e também para um ex-prefeito de Itaperuçu (PR). Os compradores, por sua vez, aliciaram trabalhadores. Porém, foi apurado que os contratos de compra eram forjados. Os supostos compradores não têm idoneidade econômica para arcar com o pagamento para extrair a madeira e nem para arcar com as despesas trabalhistas. Segundo o procurador, "ficou claro que eles não eram os reais empregadores".

As verbas trabalhistas foram pagas pela empresa Brasil Timber no dia 29 de outubro. A mesma, porém, não arcou com as verbas referentes ao dano moral individual e coletivo e por isso o procurador deve ajuizar uma ação civil pública para conseguir os pagamentos na Justiça. "Os subempreiteiros assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), se comprometendo a não aliciar os trabalhadores. Já a Timber não quis assinar", relata Gláucio.

Os trabalhadores estavam alojados em barracos de lona, com chão de terra batida. No local, não havia instalações sanitárias, nem fornecimento de água potável. Também não havia água nas frentes de trabalho. Os empregados recebiam por produção e tinham que pagar pela alimentação. Em dias de chuva, ficavam sem trabalhar, mas tinham que arcar com os custos das refeições, que eram descontados dos salários. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) não foram fornecidos pelos empregadores e ninguém tinha registro na Carteira de Trabalho e da Previdência Social (CTPS). "Havia trabalhadores operando a motosserra sem curso", complementa o procurador.

Bituruna e Palmas

Na Fazenda Santo Antônio do Itarim, localizada em Bituruna (PR), três trabalhadores alojados num curral e outros seis que viviam em barraca de lona (com chão de terra batida) foram libertados de trabalho análogo à escravidão. Eles trabalhavam na colheita de erva-mate.

"Era uma situação clássica de trabalho escravo, com trabalhadores sem acesso a direito algum", resume Gláucio Araújo de Oliveira, procurador da PRT- 9 que também acompanhou esta ação. Os alojamentos improvisados não dispunham de instalações sanitárias e não havia água potável à disposição.

Os trabalhadores são moradores de municípios próximos da fazenda e foram aliciados por um intermediário há cerca de dois meses. O empregador não assinou a carteira de trabalho das vítimas. O pagamento era feito por produção e o valor total tinha descontos referentes aos adiantamentos, que eram utilizados pelas vítimas para a compra de alimentos.

Já na Fazenda Tiberê, localizada no município de Palmas (PR), a fiscalização do trabalho flagrou outras 9 vítimas em regime de escravidão contemporânea. "Neste caso, não houve intermediário. O próprio fazendeiro contratou os trabalhadores", relata o procurador. A carteira de trabalho dos empregados, que prestavam serviços há dois anos no local, era assinada.

Segundo o procurador Gláucio, esse último grupo de empregados foi libertado por causa das condições extremamente precárias do alojamento e do meio ambiente de trabalho. O alojamento era uma casa de madeira em péssimas condições de higiene e conservação, sem instalações sanitárias. Os trabalhadores também não tinham acesso à água potável.

## **Trabalhadores na Brazcrusher em Sorocaba (SP) conquistam 8,2% de aumento (CUT Nacional) 17/11/09**

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba

Os trabalhadores na Brazcrusher, fabricante de equipamentos pesados instalada na zona norte de Sorocaba, fechou acordo de reajuste salarial com os funcionários na última semana.

Os trabalhadores conquistaram um reajuste de 8,2%, o que garante a re-posição da inflação do período, de 4,66%, além de um ganho real de 3,38%.

"Embora seja uma empresa pequena, com 37 funcionários, a Brazcrusher se comportou melhor que a Metso, que tratou seus funcionários de forma diferenciada na hora da campanha salarial", enfatiza o sindicalista Marcos Roberto Coelho, o Lati-no.

## **Número de empregos com carteira assinada passa de 1 milhão (CUT Nacional) 17/11/09**

Escrito por Agência Brasil

Brasil conseguiu criar 1.163.607 de postos de trabalho até outubro. Somente no mês passado, foram gerados 230.956 empregos com a admissão de 1.433.915 pessoas e demissão de 1.202.959.

Entre os setores, os que mais se destacaram foram a indústria de transformação, o setor de serviços e o comércio. Os números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) estão sendo divulgados agora no Ministério do Trabalho.

## **Presente de grego: governo Serra cria mais 9 pedágios no interior de SP (CUT SP) 17/11/09**

Sindicato dos Metalúrgicos ABC

Cobrança começa nas regiões de Bauru, Sorocaba e Campinas. Motoristas reclamam dos preços e da falta de conservação das estradas

Nesta terça-feira (17), tem início a cobrança de pedágios em nove novas praças construídas nas rodovias das regiões de Bauru, Sorocaba e Campinas. Os avisos começaram há cinco dias, mas nas primeiras horas de cobrança os motoristas já reclamam do valor e do estado de conservação das estradas.

Algumas pessoas dizem que podem até perder o emprego por causa da nova cobrança. "Eu uso a rodovia direto para ir até Capivari buscar sementes" afirma o agricultor José Jorgete. "Às vezes nós fazemos a viagem de três a quatro vezes por dia".

O pedágio em Monte Mor, na região de Campinas, está bem no meio do caminho para esses agricultores. "São R\$ 4,50 para ir e R\$ 4,50 para voltar a cada viagem", diz o outro agricultor Mário. "O pedágio está a 200 metros do terreno e para buscar as mudas são mais 200 m. Isso vai encarecer muito a mercadoria".

Outro ponto que também recebe um novo pedágio fica na Rodovia do Açúcar, na cidade de Rio das Pedras. Na região de Bauru, a Rodovia Marechal Rondon ganhou cinco praças de pedágios. Eles estão localizados na cidade de Conchas, Anhembi, Botucatu, Areiópolis e Agudos e a cobrança será feita nos dois sentidos. "Às vezes, eles exageram em um curto espaço vários postos de pedágio" afirma o empresário, Ricardo Volpin. O comerciante José Ferreira Silva é a favor da cobrança, desde que as estradas sejam bem conservadas. "Sou contra apenas o preço abusivo que é cobrado".

Por conta da nova tarifa, a situação de uma balconista é ainda pior. Ela mora em Anhembi e, como patrão vai buscá-la todo dia, o emprego está ameaçado. "Não sei se vai dar mais para a gente continuar vindo trabalhar. Por R\$ 4,80 é muito caro. Isso é um absurdo", afirma a balconista.

O bancário Ubiratan do Amaral, que mora em Piracicaba e leva a mulher para o trabalho em Capivari, ficou surpreso quando recebeu o panfleto com o valor da tarifa. "Atualmente estou gastando em torno de R\$ 340 por mês só de combustível, sem contar a depreciação do automóvel. Com o pedágio vou ter um gasto a mais em torno de R\$ 140 por mês, que vai representar 42% a mais na despesa com a viagem de Piracicaba a Capivari". O bancário reclama que o pedágio ficou pronto, mas as melhorias na estrada não. "A empresa fez uma maquiagem na rodovia, ela tampou alguns buracos, fez a sinalização de solo, pintou, mas não fez o recapeamento completo para deixar a rodovia em perfeitas condições para cobrar esse valor de pedágio".

Na região de Campinas os valores variam de R\$ 3,10 a R\$ 4 e as motos também pagam a metade do valor dos carros. "Nós já investimos dos primeiros seis meses R\$ 25 milhões para a recuperação inicial dessas rodovias", afirma o presidente da concessionária, Carlos Roma Júnior. "Nós vamos ter que fazer toda a recuperação do pavimento, as pessoas que estavam acostumadas a se utilizar da rodovia percebiam que ela estava em condições ruins. Nós já melhoramos e ainda serão feitas marginais, duplicações e colocação de passarelas, enfim, o motorista vai perceber as mudanças e condições mais seguras para essas rodovias"

Do Portal da Globo, com informações do SPTV e Redação

SITES PESQUISADOS








O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

**Informações e Sugestões:**  
[imprensa@sinergiaspcut.org.br](mailto:imprensa@sinergiaspcut.org.br)

**Área de Comunicação SINERGIA CUT**  
 Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato - Coordenação: Lilian Parise  
[www.sinergiaspcut.org.br](http://www.sinergiaspcut.org.br)  
 Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

